



Anais da Assembléia

Nº 163

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 1980

ANO VI

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA

ATA DA 161.^a SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 18 DE DEZEMBRO DE 1980

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Srs. Deputados Tadeu Lúcio Machado e Lineu Turra.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Lineu Turra, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, Gilberto Carvalho, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldir Pugliesi, Werner Wanderer. (52) Cinquenta e dois. Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Cyro Martins, Egon Pudell, João Elísio, José Domingos Scarpelini, Leônidas Chaves, Wilson Fortes. (6)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Atendendo a reivindicação das lideranças políticas e da agricultura do Município de Piên, do Governador Ney Braga e deste parlamentar, o Banco do Brasil autorizou a instalação de um Posto Avançado para atender as necessidades dos agricultores da região de Piên.

Para a instalação e funcionamento desse Posto Avançado, entretanto, falta a necessária homologação do Banco Central, motivo pelo qual, apelo pelo presente, à sua diretoria para que seja, com a maior urgência, adotada essa indispensável providência administrativa.

Vale lembrar que a safra agrícola será intensificada a partir do início do próximo ano e os produtores de milho, feijão, batata, cebola e fumo, aguardam com preocupação a instalação e o funcionamento do Posto do Banco do Brasil.

É o requerimento, na forma regimental.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1980

a) Airton Cordeiro.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Sr. Ministro do Planejamento, ao Excelentíssimo Sr. Ministro da Fazenda e ao Excelentíssimo Sr. Presidente do BANCO DO BRASIL S/A, a fim de viabilizarem créditos e apoio mais efetivos às Cooperativas e Destilarias dentro do plano do PROÁLCOOL, no Estado do Paraná, já que a nossa meta é substituir o petróleo pelo álcool carburante.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado às autoridades mencionadas, o presente expediente, no qual justificamos aberturas de linhas de créditos às Cooperativas e Destilarias, para adquirirem caminhões e implementos agrícolas, que se destinam agilizar a produção de álcool carburante, que é, sem dúvida, a grande proposta nacional.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1980

a) Valduga.

JUSTIFICATIVA:

Tanto tem-se falado sobre o PROÁLCOOL e os jornais de todo o País diariamente trazem matéria sobre este programa que visa alcançar a grande alternativa nacional, substituir o petróleo pelo álcool carburante.

Daqui desta tribuna tenho apresentado, insistentemente, alguns subsídios no campo do aproveitamento desta proposta, oferecendo, inclusive, outros valores que venham somar ao projeto, com vistas à disseminação das microdestilarias, levando em conta o nosso potencial de matéria-prima, respeitando as áreas destinadas à agricultura convencional e aquelas comprometidas com a produção da cana para atender as usinas produtoras de açúcar.

Defendi, ainda, o investimento nas destilarias de álcool, particularmente, nas microdestilarias, por saber que é do alcance de qualquer produtor agrícola, seja por unidade ou pela associação de pequenos proprietários, ou mesmo pelo consorciamento de propriedade.

Abordei a necessidade da urgente abertura de linhas de créditos através dos sistemas financeiros do País e reivindiquei também uma agilização maior, sem burocratização, levando em consideração que os pequenos e médios agricultores não podem assumir outras dificuldades além daquelas já existentes no setor de produção.

Lembrei que essa seria a opção, para que o Brasil possa libertar-se das injunções internacionais dos países produtores de petróleo e encontrar a sua emancipação econômica.

Mas, infelizmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que não toquei a sensibilidade das nossas autoridades. Pois, estão se repetindo os mesmos erros do passado, entervando o modelo do desenvolvimento do PROÁLCOOL.

Ainda há poucos dias a Cooperativa Agropecuária de Rolândia Ltda — COROL, que está implantando uma destilaria naquele município, utilizando recursos do PROÁLCOOL, necessitando de algumas unidades: caminhões e implementos agrícolas, solicitou recursos de financiamento junto ao Banco do Brasil, para atender aos seus cooperados e, simplesmente, foi negado.

Este projeto é da maior importância no setor do PRO-

-ÁLCOOL em nosso Estado e a continuidade dele depende de incentivos e apoio, pois existem 103 associados contribuindo com uma área média de 15 alqueires, representando em sua maioria pequenos agricultores paranaenses da região Norte do Estado. Portanto, sem condições de adquirirem equipamentos pesados para plantio de sua lavoura canavieira e respectiva matéria-prima não pode prescindir de transportes.

E a primeira exigência dos associados para ingressarem na Cooperativa, foi que se encarregasse do corte e transporte.

Sabemos também que a cultura de cana-de-açúcar é altamente exigente em termos de tecnologia de produção e necessita de um atendimento técnico constante, razão pela qual a COROL pleiteava recursos financeiros ao Banco do Brasil.

Parte-se, portanto, de um pressuposto que a falta de apoio financeiro aos empreendimentos semelhantes, constitui uma séria ameaça a todo o programa PROÁLCOOL. Significa, ainda, negar a proposta nacional conduzindo-nos à desconfiança na sua viabilidade.

Gostaria muito que as autoridades constituídas do País revessem as condições de apoio ao pequeno e médio produtor, que agora partem para a produção de álcool carburante através de cooperativas.

Cabe, portanto, às instituições financeiras, particularmente, o Banco do Brasil, participarem efetivamente com a abertura de linhas de créditos para serem alocados nestes programas, que reputo da mais alta significação nacional. Porque, somente mediante uma tomada de consciência desta opção, poderá o País alcançar a independência dos países produtores de petróleo, pelo menos em grande parte, já que não podemos prescindir dos seus derivados.

Faço, daqui, um apelo em nome do consenso comum e da razão, às autoridades brasileiras, para introduzirem de maneira efetiva no sistema creditício do País o apoio maciço de recursos para a grande alternativa: a substituição do petróleo pelo álcool carburante e a cujo programa o Paraná se associa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 193/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Instituto de Zootecnia do Paraná (Fundação — IZOPAR), com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, sede e foro na cidade de Maringá, tendo como finalidade básica a pesquisa técnico-científica, a formação e treinamento de pessoal especializado, para o desenvolvimento da Zootecnia, especialmente o estudo da:

- a — Ecologia;
- b — Nutrição e Alimentação;
- c — Pastagem e Forragicultura;
- d — Genética e Melhoramento Animal;
- e — Produção Animal.

Parágrafo Único — Para melhor atender e cumprir esses objetivos, poderão integrar a Fundação, mediante relação jurídica adequada, estações experimentais vinculadas à Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Para constituir o patrimônio da Fundação, fica o Poder Executivo autorizado a desapropriar, no Município de Maringá, área de até quinhentos (500) hectares, onde serão construídas as edificações necessárias ao funcionamento da mencionada entidade.

§ 1.º — Serão incorporados ao patrimônio inicial os bens móveis e imóveis que forem adquiridos pela Fundação ou que lhe forem destinados por doação ou legado.

§ 2.º — Extinta a Fundação, o seu patrimônio reverterá ao Estado do Paraná.

Art. 3.º — O Poder Executivo poderá constituir os recursos da Fundação, da seguinte forma:

a — crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), para atender as despesas de implantação e manutenção das atividades no corrente exercício financeiro, cuja autorização para abertura o Poder Executivo poderá solicitar no prazo de noventa (90) dias a contar da data desta lei;

b — dotações orçamentárias fixadas anualmente, no orçamento geral do Estado;

c — empréstimos, auxílios, contribuições e subvenções de entidades públicas ou privadas;

d — doações ou legados;

e — recursos provenientes de convênio celebrado com entidades congêneres de nível federal;

f — rendas resultantes da prestação de serviços e outras que venha a Fundação auferir.

Art. 4.º — São órgãos da Fundação:

a — Conselho Deliberativo;

b — Conselho Curador;

c — Diretoria Executiva.

Art. 5.º — O Conselho Deliberativo, órgão de supervisão administrativa, será constituído dos seguintes membros:

I — do Secretário da Agricultura, seu Presidente nato;

II — do Diretor-Presidente da Fundação;

III — de representantes da Secretaria da Agricultura, Ministério da Agricultura, da Federação da Agricultura do Paraná, das Universidades Paranaenses que ministrem cursos de veterinária e da Associação dos Veterinários do Paraná.

§ 1.º — Os representantes, após sua indicação, em lista tríplice, serão nomeados pelo Governador do Estado.

§ 2.º — O mandato dos membros do Conselho será de três (03) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 6.º — O Conselho Curador, órgão de controle financeiro e patrimonial, será constituído de cinco (05) membros e de igual número de suplentes, todos designados pelo Governador do Estado, escolhidos em lista tríplice a ser preparada pelo Secretário da Agricultura, devendo, pelo menos, dois deles ser contadores ou técnicos em contabilidade.

Parágrafo Único — O mandato dos Curadores será de três anos, admitida a recondução.

Art. 7.º — A Diretoria Executiva será constituída de um Diretor-Presidente e de um Secretário Geral, ambos nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de três (03) anos, podendo ser reconduzidos.

§ 1.º — O Diretor-Presidente deverá ser escolhido dentre diplomados em curso superior de Veterinária.

§ 2.º — O Diretor-Presidente e o Secretário Geral perceberão remuneração mensal que será fixada, anualmente, por ato do Governador do Estado e, se pertencerem ao quadro de servidores do Estado deverão optar entre o vencimento e demais vantagens de seu cargo e a percepção da remuneração fixada na forma deste parágrafo.

§ 3.º — Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor-Presidente será substituído pelo Secretário Geral.

Art. 8.º — A Fundação contará, ainda, com um Conselho Técnico e Científico, Comissões Técnicas e Assessorias, a serem constituídas na forma indicada pelo Estatuto.

Art. 9.º — O pessoal técnico e administrativo, de acordo com o quadro geral a ser estruturado pela Fundação, será contratado segundo as leis trabalhistas, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e em consonância com as disposições do Estatuto da Fundação.

§ 1.º — Será exigido concurso de títulos e ou de provas para o ingresso do pessoal de que trata este artigo.

§ 2.º — Atendida a exigência do parágrafo anterior,

servidores da administração estadual poderão ser colocados à disposição da Fundação, percebendo exclusivamente por uma delas, com todas as vantagens da lei.

Art. 10 — As atividades e equipamentos atualmente existentes na Secretaria de Estado da Agricultura, ocupados em finalidades idênticas às da Fundação, serão transferidas a esta.

Parágrafo Único — O pessoal lotado nos órgãos que desempenham as atividades referidas neste artigo, poderá ser aproveitado na Fundação, segundo as conveniências da administração e por decreto do Poder Executivo.

Art. 11 — A Fundação gozará de autonomia financeira e administrativa, imune à tributação estadual, beneficiando-se dos privilégios legais atribuídos às entidades de utilidade pública estadual e terá, anualmente, orçamento próprio aprovado pelo Governador.

Art. 12 — Os bens imóveis havidos pela Fundação somente poderão ser alienados mediante autorização legislativa.

Art. 13 — O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14 — A Fundação prestará contas globais, por exercício encerrado, ao Tribunal de Contas.

Art. 15 — A Fundação encaminhará anualmente ao Governador relatório circunstanciado de suas atividades, acompanhado do balanço do respectivo exercício.

Art. 16 — O Governador, no prazo máximo de noventa (90) dias, baixará decreto aprovando o Estatuto da Fundação.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro 1.980

a) Gabriel Sampaio.

JUSTIFICATIVA:

Analisando os objetivos e Metas do Governo do Estado do Paraná, verificou-se que a parte relacionada ao desenvolvimento agropecuário ficou mais restrito ao setor da agricultura, fato que se evidencia com a criação e instalação do IAPAR.

Faz-se necessário portanto um estudo mais amplo relacionado ao setor pecuário. Daí nossa proposição em se instalar um Instituto de Zootecnia em Maringá.

Para tanto, citaremos rapidamente alguns aspectos da cidade.

A cidade de Maringá destaca-se como centro polarizador de uma vasta região composta pelas micro-regiões homogêneas.

- Norte Novo de Londrina
- Norte Novo de Maringá
- Norte Novíssimo de Paranavaí
- Norte Novo de Apucarana
- Norte Novíssimo de Umuarama
- Campo Mourão e

parte das micro-regiões num total de 105 municípios.

Sua influência sobre essa região exerce-se em termos econômicos, educacionais e de serviços.

A área de influência de Maringá, caracteriza-se ainda do ponto de vista econômico, com uma região de economia agro-exportadora, destacando-se as atividades ligadas à agricultura e à pecuária.

No que se refere à pecuária, a região desempenha importante papel na produção do Estado, sobretudo através da produção de bovinos, muare e caprinos.

São diversos os setores que contribuem para a Polarização de Maringá:

1. Centro Educacional
2. Centro de Atendimento Médico Especializado
3. Centro de Comunicação

4. Tronco Viário
5. Centro de Comercialização
6. Centro de Beneficiamento e Transformação de Produtos Primários

7. Centro de Abastecimento de Derivados de Pecuária
A situação de Maringá, conforme citação abaixo, traduz ser a região de influência, um centro de Pesquisa Zootécnica: São situações que traduzem ser a região de influência de Maringá um Centro de Pesquisas Zootécnica:

1. GEOLÓGICAS:

Tipos de Solos:

- 1.1 ARENITO CAIUÁ
- 1.2 TERRA ROXA
- 1.3 TERRA MISTA

2. TOPOGRÁFICAS

Caracterizada pela suavidade de Relevo, permitindo fácil mecanização.

3. CLIMATOLÓGICAS

Tipos de Clima:

- 3.1 TROPICAL SEMI-ÚMIDO — 60% REGIÃO
- 3.2 TROPICAL SEMI BRANDO — 40% REGIÃO
- 3.3 SUBTROPICAL SUPER-ÚMIDO — 40% REGIÃO

4. HIDROGRAFIA

- 4.1 BACIA DO PIRAPÓ — Tributário do Paranapanema
- 4.2 BACIA DO IVAÍ — Tributário do Paraná
- 4.3 BACIA DO PIRQUIRI — Tributário do Paraná
- 4.4 BACIA DO PARANAPANEMA — Tributário do Paraná

5. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

- 5.1 PARANÁ
- 5.2 SUL DO MATO GROSSO
- 5.3 SUDOESTE DE SÃO PAULO

Em Maringá funciona o único Curso de Zootecnia do Paraná.

Tem-se assinalado em algumas escolas do País que há bastante desconhecimento da realidade pecuária brasileira em geral, ou de um Estado em particular, pela grande maioria dos candidatos a pós graduação em Zootecnia. É, então, necessário dar-lhes alguma informação inicial, pois, ao fim do curso, irão para o ensino ou para a pesquisa, ou ambos, visando em última análise desenvolver ou melhorar a produtividade de uma pecuária que não é bem conhecida. A falha vem principalmente do curso de graduação que não se apoia nos resultados de uma pesquisa objetiva que é praticamente inexistente.

Não faz muito tempo que se iniciaram as pesquisas zootécnicas em algumas Escolas de Agronomia e Veterinária. Poucos trabalhos têm sido apresentados pelos Estados, em função de seus recursos ou a falta de técnicas especializadas, o que na realidade não se estabelece até o momento uma infra-estrutura zootécnica atual no Brasil.

No momento, é ainda pequeno o número de zootecnistas com doutorado ou preparo ao nível de doutorado, de todo insuficiente tanto para orientar assistentes e instrutores encarregados do ensino de graduação, quanto para orientar cursos de pós graduação nos chamados "centros de excelência" do País. A ampliação desse grupo é essencial e urgente, para formação de zootecnistas e para desenvolvimento da indústria pecuária brasileira ao nível da fazenda particular.

Tem-se chamado pela criação de novas plantas para atender às condições regionais na luta contra a fome. Nesta ordem de idéias, caberia acrescentar a recomendação de novos animais apropriados para produção de proteínas superiores com eficiência nos trópicos. Buscando embasamento técnico

cos-científicos ao povoamento das regiões tropicais mais agressivas, o Poder Público instituiu o Programa do Trópico Úmido, destinado a coordenar a contribuição da ciência e da tecnologia para melhor conhecimento das condições de adaptação do homem. É indispensável que o estudo da complexa questão da adaptabilidade ao trópico úmido não se limite ao homem, mas se estenda também aos animais de interesse zootécnico para dar a almejada produtividade na elaboração de alimentos destinados ao próprio homem.

Por ser um grande país tropical, o Brasil requer pesquisa zootécnica própria para seu próprio uso e também para exportar para outros países da mesma situação geográfica.

Em íntima associação com o treinamento de pessoal técnico de melhor qualificação estão os cursos de pós-graduação contribuindo substancialmente através da pesquisa para solução dos problemas agrícolas nacionais.

A presença e a participação dos alunos de pós-graduação tem dado tremendo impulso ao desenvolvimento de linhas de pesquisa zootécnica nas diferentes instituições. São conhecidas as importantes contribuições dos vários órgãos que integram o setor no que se refere ao melhoramento dos sistemas de produção em avicultura, bovinocultura de corte e de leite, e suinocultura.

Não faltam contingentes de animais domésticos no Brasil, sobretudo das espécies de importância nas produções de carne e leite, embora de baixa produtividade. A Zootecnia está para a produção animal, assim como a Agricultura para o vegetal, no sentido de dar eficiência aos processos produtivos da agricultura, garantindo adequada estrutura de alimentação para o desenvolvimento do homem. Sabe-se que são cobertas por pastagens, grandes extensões de terra, mas grande parte destas áreas não pode ser utilizada, por várias razões, pela agricultura, mas os pastos servem indiretamente de alimento para o homem após ingeridos e transformados pelos herbívoros. A área de Pastagem e Forragicultura preocupa-se com a produção: avaliação das plantas forrageiras e, ao mesmo tempo, com seu melhoramento no sentido de aumentar-lhes a produtividade e a aceitabilidade pelo animal. Após a domesticação dos animais, preocupou-se o homem em melhorá-los para uma exploração mais eficiente, o que é alcançado através dos estudos feitos na área de Genética e Melhoramento Animal. O coroamento desses estudos é feito através da racionalização da criação e manejo dos animais, assuntos que são estudados pela área de Produção Animal.

Para atender ao desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, é imprescindível a criação de uma infra-estrutura Zootécnica, evidentemente ao lado das outras áreas do complexo da Agricultura, todas elas orientadas para as reais necessidades do País.

À Universidade caberia, em princípios, o estabelecimento de tal infra-estrutura; mas, no Brasil, até bem recentemente, a Universidade vinha se caracterizando pela predominância de uma atuação tipicamente conservadora. De fato, só ultimamente vem tomando parte na vida da comunidade, passando a atuar mais objetivamente no impulso ao desenvolvimento tecnológico do País.

O ensino da Zootecnia em nível superior começou a desenvolver-se em fins do século passado e no início do presente século, com a criação das primeiras escolas de Agronomia e Veterinária.

Atualmente o ensino geral da Zootecnia, em nível de graduação, é ministrado em cerca de 40 Faculdades de Agronomia, Veterinária e, especializado, em cerca de 5 cursos de Zootecnia, recentemente instalados.

Assim, temos em Maringá um curso de Zootecnia. Dinamizá-lo, aumentar o seu poderio técnico, com um Instituto de Zootecnia, seria dar à região do Norte e Sul do Paraná, Sul de Mato Grosso e Sudoeste de São Paulo, condições para melhor desenvolvimento, resolvendo problemas sérios de Agrostologia

e da Genética, na pecuária.

Ainda não se tentou avaliar os efeitos dessas contribuições sobre o aumento de produtividade da exploração animal do País. Os reflexos econômicos globais devem ser, no entanto, altamente significativos, se considerar que a produção animal do Brasil, é quantitativamente uma das mais desenvolvidas do mundo. É evidente a participação dos cursos de pós-graduação nesse processo, seja pela participação dos alunos nos projetos de pesquisa em andamento nas universidades, seja pela sua maior capacidade técnica quando retornam aos trabalhos de pesquisa em suas instituições de origem.

Partindo-se das linhas de pesquisa na Zootecnia atualmente existente, segundo divisão convencional, temos como objetivos para a criação do Instituto de Zootecnia em Maringá, o seguinte:

Estudo e desenvolvimento da:

- a) Ecologia;
- b) Nutrição e Alimentação;
- c) Pastagem e Forragicultura;
- d) Genética e Melhoramento Animal;
- e) Produção Animal.

A) ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA ECOLOGIA

- a) Para o estudo e desenvolvimento da Ecologia se faz necessário um plano de pesquisa de interesse zootécnico para ser cumprido pelas instituições, de acordo com a disponibilidade de pessoal e material e segundo interesses regionais.
- b) Dado a falta de elemento técnico especializado, urge que, para esta especialização, preparem técnicos de alto conhecimento.
- c) A instalação física e de modernos equipamentos para avaliar as reações fisiológicas da adaptação de várias espécies de animais, surge como outro objetivo a ser alcançado nesta área.

B) ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO

Nesta área, vale ressaltar a necessidade do desenvolvimento de trabalhos de pesquisa sobre os alimentos disponíveis nas condições nacionais, visto que da alimentação depende todo o sucesso do empreendimento zootécnico, pois pouco ou nada adiantaria a obtenção de animais de alta qualidade genética e com excelente manejo, mas submetidos ao regime de alimentação deficiente. Deve-se notar que pouquíssimo tem sido feito sobre a avaliação das exigências de nutrientes dos animais criados em condições brasileiras, especialmente se se considerar que estão sendo importados dados de regiões temperadas.

Nota-se que existe uma predominância de trabalhos de pesquisa nesta área; mas esses trabalhos na sua maioria têm se limitado a simples testes de alimentação, pois existe uma grande carência de instalações físicas para desenvolver um programa baseado em base científica. Baseado nestas considerações o Grupo de Trabalho sugere alguns tópicos prioritários para pesquisa:

- a) Estudo de novas fontes de proteína e de energia;
- b) Estudo das exigências nutricionais das diversas espécies em condições brasileiras;
- c) Estudo da composição e valor nutricional dos alimentos comumente usados no País;
- d) Avaliação das deficiências nutricionais das espécies animais nas diversas regiões produtoras;
- e) Estudo da utilização de estimulantes químicos ou biológicos de crescimento.

D) ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA GENÉTICA E MELHORAMENTO ANIMAL

Na área de Genética e Melhoramento Animal, vale salien-

tar a existência de grandes contingentes de animais domésticos no Brasil, especialmente daquelas espécies de importância atual, como bovinos de carnes e leite, equinos, ovinos, caprinos, aves e outros. É preciso reconhecer, todavia, que rebanhos são usualmente de baixa produtividade, e na sua maioria, classificam-se como não melhorados, dentro dos padrões zootécnicos vigentes.

O Grupo lembra a conveniência de esforços de pesquisa nos seguintes campos de aplicação:

- a) Melhoramento de zebuínos, taurinos e bubalinos;
- b) Melhoramento de eqüinos;
- c) Melhoramento de ovinos e caprinos;
- d) Melhoramento de suínos;
- e) Melhoramento de aves;
- f) Melhoramentos de peixes;
- g) Exploração da Heterose na produção animal.

E) ESTUDO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

A área de Produção Animal é de fundamental importância na exploração da pecuária brasileira, levando-se em consideração apenas o fato da enorme potencialidade do País como centro de alimentos de origem animal.

A agricultura brasileira tem muitos problemas a resolver, sendo que o baixo índice de produtividade por falta de uma tecnologia moderna e adaptada é apenas um deles. No tocante à pecuária: a má produtividade tem por causas principais a baixa taxa de desfrute, o pequeno peso das carcaças, a idade elevada ao abate e a baixa fertilidade dos rebanhos são reflexos de um sistema extensivo de exploração e mau nível tecnológico.

Assim o Grupo lembra o seguinte:

- a) Ajustamento de métodos importados de manejo dos animais às condições do País;
- b) Melhoramento do índice de fertilidade nos rebanhos;
- c) Encurtamento do período entre o nascimento e o primeiro parto;
- d) Comparação entre os vários sistemas de exploração pecuária para determinar os mais econômicos;
- e) Diminuição da idade de abate;
- f) Maior capacitação para criação do conhecimento científico-tecnológico indispensável ao desenvolvimento da pecuária brasileira, seja pela disponibilidade de número crescente de pesquisadores de superior qualificação, seja pelo fortalecimento dos Departamentos de Zootecnia dos vários institutos universitários para a condução e ampliação de suas linhas de pesquisas.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o mês de janeiro, tem uma professora numa escola especializada para excepcionais, com curso específico da área, que tem direito a uma elevação de cinquenta por cento dos seus vencimentos. Esta professora — casou-se, quando se casou requereu alteração do seu nome. Por três vezes, durante 1980, e durante todo este tempo, a Secretaria de Educação e Cultura, ou de Recursos Humanos, até agora não corrigiu o nome dessa professora.

Fora isso, Sr. Presidente, até hoje, desde o mês de janeiro, esta professora vem recebendo os seus vencimentos, com a diferença de 50% do que teria direito. E até este momento, ape-

sar de ser requerido esse direito, a Secretaria protela de um mês para outro e até agora não recebeu este seu 50% a que tem direito.

Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, sem declinar o nome desta professora, até por razões de ética. O que não se concebe é que um ano inteiro, uma professora fique claudicando, insistindo, mendicando, o acerto da sua folha de pagamento e reivindicando o seu vencimento integral. E não houve possibilidade da Secretaria solucionar um casinho corriqueiro. É de se perguntar: quem é responsável por esta solução, Sr. Presidente? Absurdo termos de vir a esta Assembléia, instar a Secretaria, à pessoa competente do departamento adequado, para solucionar este problema. Na próxima ocasião que viermos a esta tribuna, Sr. Presidente, não declinaremos só o nome dessa professora, como de tantas outras que estão com o mesmo problema.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao orador inscrito, no Pequeno Expediente, nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente sou forçado a vir a esta tribuna para encaminhar um requerimento aos Srs. Deputados, para por fim a uma situação altamente vexatória para o Poder Legislativo, já tão esvaziado, já tão descaracterizado por tantas circunstâncias históricas que aí estão.

Mas Srs. Deputados, no momento em que o Parlamentar adentra à sede deste Poder, e não tem a garantia mínima da sua integridade, da integridade do seu patrimônio, da integridade do seu gabinete, é preciso então apelar para que o Poder Executivo, dê ao Legislativo, aquele instrumental para o qual temos que confessar a importância deste Poder.

Quando ainda no último fim de semana, foi estourado um dos veículos no pátio desta Assembléia, e este Parlamentar requereu aos setores competentes, providências para o caso, e como resposta veio apenas a alegação de que isto se tornara rotina; que tais e tais departamentos já tiveram os seus carros estourados. Que tal e qual secretaria já teve também o seu carro violado, que tal ou qual parlamentar também teve o seu patrimônio violado. E a informação de que a responsabilidade seria da Segurança do Palácio Iguaçu, que seria também a responsável por todo o Centro Cívico.

Tive o cuidado de, em contato pessoal com o Senhor Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, receber dele a alegação de que esta informação não era verdadeira. Assim sendo, estou encaminhando, depois de ter passado pela Delegacia Especializada em Furtos e Roubos, situada à Avenida Iguaçu e lá ter registrado a competente queixa, registrada sob número 6722/427/80, devidamente assinada pelo escrivão, devidamente vista pelo delegado titular daquela Delegacia, ter encaminhado ao Presidente da Casa um ofício, comunicando o ocorrido, encaminhando também a esta Casa um requerimento do seguinte teor: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, ouvido o Plenário e atendidas as formalidades regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, enfatizando a necessidade de ser dada segurança efetiva à sede do Poder Legislativo do Paraná, tendo em vista a série de episódios ocorridos durante o ano de 1980.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1980.”

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande

Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por diversas vezes vim à tribuna para comentar o assunto da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Hoje, vejo-me novamente compelido a tratar deste assunto, porque, na tentativa de reformular, quer os vencimentos e o desordenamento da própria Polícia Militar do Estado do Paraná, o Governo do Estado tomou algumas medidas, entre as quais a Mensagem que mandou a esta Casa, para os novos vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná.

E, segundo se sabe, providenciou a troca do comando da Polícia Militar, dada a realidade da total incompatibilidade do atual Comandante com a Corporação.

Mas, Sr. Presidente, inicialmente, a que se fazer uma interpelação aqui, e esta interpelação diz respeito exatamente ao ilustre Senhor Governador do Estado que, segundo fomos informados, não apenas pela Oposição que defende a tese do retorno do Comando da Polícia Militar a seus próprios oficiais, mas, segundo fomos informados aqui da ilustre Bancada do PDS, que foi solicitar ao Governador do Estado, se processasse esta mudança.

O total silêncio e a omissão por parte do Governo do Estado, nos leva a crer de que o Sr. Governador do Estado não tenha endossado esta tese. Daí porque nós, no limiar deste trabalho, fazemos esta interpelação, a fim de que seja não apenas a nossa bancada, mas, principalmente a Bancada do PDS, tenha uma resposta afirmativa ou negativa do Sr. Governador, mas tenha uma resposta.

É necessário que o Governador do Estado assuma uma posição, que fique clara, nitidamente clara, a sua posição, com respeito a isso, porque é ele que tem a prerrogativa, é ele que tem o poder de nomear o Comando das Polícias Militares e não o Exército Nacional e nem as Forças Armadas, o Alto Comando do Exército, como se pretende atribuir, como se pretende justificar.

A Lei Federal que facultou o Comando das Polícias Militares ser entregue a oficiais superiores do Exército, não obriga que os governos dos Estados a agirem assim. Tanto é verdade, que no Rio Grande do Sul e de Minas Gerais são comandantes daquelas Polícias Militares os próprios oficiais da Brigada Gaúcha e da Polícia Mineira.

Por isso, o Sr. Governador do Estado tem que responder a esta reivindicação, a esta tese. O que pode ocorrer é uma pressão, hoje, uma pressão de setores militares das Forças Armadas para que isso não aconteça. Mas, se o Governador tem o poder, se a lei lhe faculta, se existem outros Estados em condições que provam ser não apenas possível, mas ser, na prática, muito melhor e muito mais recomendável, esteja o Comando da Polícia Militar entregue a seus oficiais, há o Sr. Ney Braga, de público, definir-se sobre esse assunto.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, na Mensagem remetida a esta Casa, para os novos índices de vencimentos da Polícia Militar, temos de fazer uma constatação de uma injustiça gritante que se verifica.

Todo o problema, hoje, da Polícia Militar e da Polícia Civil, tem sido o recrutamento de quadros capazes, aptos e honestos. Daí porque os vencimentos terem força de recrutarem, nos meios sociais, elementos com tais capacitações.

No entanto, a partir de 1.º de janeiro, quando preponderarem os vencimentos novos da Polícia Militar, estará se dando, realmente, um verdadeiro desestímulo para o recrutamento de pessoal especializado às Polícias Militares.

Na verdade, a carreira de oficial da Polícia Militar começa pela graduação: aspirante, 2.º tenente, 1.º tenente. Essas graduações foram contempladas com índices verdadeiramente ridículos. Porque, enquanto ao coronel, ao delegado de 1.ª

Classe da Polícia Civil, se atribui um vencimento condigno. Com referência a um tenente, ou seja, àquele cidadão que vocacionado pela Polícia ingressa numa academia e passa a ser, verdadeiramente, um profissional de Polícia, a esse não está se dando o tratamento e a consideração devida. Porque este, realmente, deve ser atraído por um vencimento condigno e por algumas vantagens que ele não encontraria em outras profissões.

Na verdade, a Mensagem não contempla isto e faz com que só tenha um vencimento condigno na Polícia Militar, aquele que tem longos anos de Polícia, ou seja, na realidade, quando o cidadão já arcado, já vencido pela idade, pelo desestímulo, pela incompreensão, já não tem a mesma combatividade, o mesmo espírito renovador, o mesmo idealismo que aqueles que ingressam e que querem provar serviço dentro de qualquer quadro, dentro de qualquer corporação.

Ademais o Governo do Estado deveria ir se alinhando já nessa corrente que se esboça para uma verdadeira integração entre Polícia Civil e Polícia Militar. A comunidade que é o objeto da Polícia, quer fardada, quer civil, a comunidade não importa quem lhe esteja dando segurança. A comunidade importa que este serviço de segurança, que este policiamento seja eficiente, seja honesto, não seja arbitrário, e na prática, tem-se verificado que há um verdadeiro desperdício de recursos, uma verdadeira força, forças ociosas que ficam até, pela questão de competência às vezes, em alguns assuntos de segurança que são atribuídos à Polícia Militar e à Polícia Civil.

Então se esboça hoje, já nos países mais adiantados, uma verdadeira integração no sentido de que no futuro, realmente a Polícia venha a ser uma só. E dizia eu que o Governo do Estado deveria se integrar nessa corrente, para, a nível de sua alçada, por exemplo, nos vencimentos, fazer com que esses vencimentos sejam compatíveis, se as duas funções são uma só, prestar segurança, era importante que o Delegado de primeira classe, ganhasse o mesmo que o Coronel que é o fim da carreira de ambas as Polícias, que o agente de segurança que inicia ganhasse o mesmo que um soldado, mas na verdade, se ocorre isso entre o Delegado de primeira classe e o Coronel, se na verdade isso ocorre, o mesmo não ocorre com relação à categoria inicial do quadro de oficiais da Polícia Militar.

A grande distorção da equiparação de funções e vencimentos, vem ocorrendo nos escalões menores da Polícia Militar em relação ao pessoal da Polícia Civil.

O escalonamento vertical de vencimentos da Polícia Civil é bem melhor que o da Polícia Militar a partir do posto de capitão. Um 2.º Tenente da Polícia Militar, para o qual se exigiu um curso de habilitação de Academia Policial do Guatupê, o 2.º grau completo e posteriormente um curso de formação profissional de três anos em regime de internato, com 3.840 horas de aula, deveria ser equiparado com o mesmo índice de vencimento do que um Delegado de 4.ª classe da Polícia Civil, cuja formação profissional, é o Curso de Bacharel em Direito, com carga de 2.760 horas-aula. Portanto, 1.000 horas a menos que a formação profissional do 2.º Tenente da Polícia Militar. Que inclusive antes passa por um estágio, no mínimo no Posto de Aspirante Oficial.

No entanto, enquanto o Delegado de 4.ª classe receberá 78% do vencimento do Delegado de 1.ª classe, Cr\$ 80.000,00, o 2.º Tenente da Polícia Militar receberá 51% do vencimento do Coronel, Cr\$ 1.000,00.

Ora, o 2.º Tenente da Polícia Militar vai ganhar menos que o detetive e o escrivão de Polícia Civil, respectivamente 53% e 52% do vencimento do Delegado de 1.ª classe, e o que é exigido para ser escrivão ou detetive de Polícia Civil? O segundo grau completo.

Então pergunta-se: qual o valor do curso de formação de Oficial da Polícia Militar? Menos 1 e menos 2,5%. Isso não considerando que a Polícia Civil um simples e completo segundo

grau e para os Oficiais da Polícia Militar, três anos de Guatupê e sistema de regime de internato e mais um ano de aspirante oficial. Para posteriormente, ganhar menos.

A mesma situação ocorre no escalão de praças. A escolaridade para ingresso na Polícia Militar, como soldado e como agente de segurança da Polícia Civil é a mesma coisa, ou seja, primeiro grau completo. No entanto, enquanto o agente de segurança receberá 23% do vencimento do delegado de 1.ª classe, partindo dos oitenta mil, o soldado da Polícia Militar receberá 17% do vencimento do Coronel, que é 71%.

O Sr. José Tavares — Concede-me um aparte? (Assentimento)

Eu quero cumprimentar a Vossa Excelência pelo pronunciamento que faz nesta tarde, com grande conhecimento, com grande propriedade. Não é a primeira vez que Vossa Excelência traz esse assunto com esse destaque com que o coloca nesta oportunidade.

Inicialmente, eu gostaria de dizer que é profundamente lamentável realmente, o descaso com que o Sr. Governador do Estado vem tratando, talvez a maior reivindicação da Polícia Militar do Estado do Paraná, que é a devolução do comando para um oficial de sua corporação. É realmente, lamentável, que a gente sinta o desinteresse, o distanciamento do Sr. Governador do Estado, para com esse problema. Porque, Vossa Excelência colocou muito bem, quem tem poderes constitucionais para nomear o comandante geral da Polícia Militar do Estado, é o Chefe do Poder Executivo. Se outrora, segundo entendimento da própria revolução, justifica, justificou a imposição de oficiais superiores do Exército à frente dessas corporações, hoje não se justifica mais.

Agora é lamentável, porque nós temos conhecimento de que o atual comandante que é do Exército, deve deixar antes do término do seu tempo dos dois anos o comando, mas já tem um outro oficial superior do Exército também, a substituí-lo. Isto vem demonstrar no meu entendimento, é um desprestígio por parte do Chefe do Executivo Estadual à corporação policial militar do Estado. Porque eu sei, Vossa Excelência sabe, tenho certeza que todos os Deputados deste Poder também sabem, que existem oficiais superiores da Polícia Militar, que reúnem condições suficientes para dirigir a corporação.

É lamentável realmente que o Sr. Governador trate com tamanho descaso, este assunto da maior relevância. Agora, com relação à análise que Vossa Excelência faz com muita propriedade, dos critérios estabelecidos e não é de hoje, para a fixação de vencimentos para policiais militares e civis, realmente, existe o salário máximo da hierarquia policial civil que é o de delegado, que hoje gira em torno de oitenta mil cruzeiros e alguns centavos. Existe também, um soldo da Polícia Militar, que nesta mensagem fixa em trinta e oito mil cruzeiros e atribui além do soldo, uma gratificação por serviços policiais militares de mais trinta e dois mil cruzeiros, quase que equiparando o salário do coronel com o do delegado de primeira classe.

Agora, esses critérios não são realmente obedecidos para as categorias inferiores. Porque nós sabemos que toda a estrutura policial civil, ela percebe salários com base no salário máximo que é o do delegado de primeira classe. Uma determinada porcentagem sobre aquele salário. E na Polícia Militar também, só que Vossa Excelência traz dados concretos, inclusive, que serve até para ilustrar melhor e convencer inclusive a todos nós, é essa diferenciação que se faz entre por exemplo, o 2.º tenente e o delegado de 4.ª classe.

Agora, nobre Deputado, eu entendo que esse tratamento desigual em termos salariais para um 2.º tenente com relação a um delegado de 4.ª classe, no meu entendimento, é em razão ao número elevado de policiais militares em comparação com o número de policiais civis.

Com relação ao agente de segurança, concordo plenamente que o soldado deva ganhar o mesmo que o agente ganha. Nem um, nem o outro, ganham bem. Mas concordo. Acho que

não há porque não um soldado ganhar menos do que um agente de segurança. Mas acontece que se Vossa Excelência analisar — eu entendo assim, que a causa é porque a Polícia Militar é composta de 14 mil homens e a Polícia Civil de dois, sendo que dos dois mil homens da Polícia Civil, 500 aproximadamente constituem o quadro de delegados. Da Polícia Militar, não chegam a 300 a constituírem o quadro de oficiais superiores.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência aborda muito bem que, na realidade, o Estado não trata de retribuir o trabalho prestado, mas o Estado faz uma matemática para satisfazer a sua necessidade e não ajusta o salário, que não é justa retribuição ao trabalho, ao serviço, à atividade prestada.

O Sr. José Tavares — Perfeitamente, exatamente isto.

O SR. NILSO SGUAREZI — Porque há que se considerar que o policial vive em regime de caserna. Ele presta serviço 24 horas.

O Sr. José Tavares — Entendo que é por esta razão que existe este tratamento desigual. Vossa Excelência está de parabéns e espero que esta Casa e o próprio Governador se sensibilizem com o seu pronunciamento e reconheçam mais os valores da Corporação Policial Militar do Paraná.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, complementando, ainda quanto a esta diferenciação, poderíamos dizer, por exemplo, de que num curso de formação de soldado de 1.ª classe, ou de formação de cabos, ou ainda de formação e aperfeiçoamento de sargento, com grandes cargas horárias de formação profissional, habilitam-se os policiais militares, praças de pré a serem equiparados ao nível de escolaridade correspondente da Polícia Civil. Certo é que os policiais militares irão receber uma gratificação de custos realizados, que é irrisória para os escalões menores.

Queremos salientar que, de forma alguma, queremos desmerecer o policial da Polícia Civil, a quem achamos também que a retribuição não é verdadeiramente gratificante. Mas com referência, — e como bem disse o nobre Deputado Tavares, com referência aos integrantes da Polícia Militar, pelo simples fato deles constituírem a maioria e pela razão única e exclusiva do Estado querer fazer economia, é atribuído a eles um ônus e atribuída a eles uma defasagem que reconhecem, que ressalta, porque se ambos prestam atividades iguais, por que a diferenciação entre um e outro?

Daí porque termos, quando se aprecia uma matéria nesta Casa, na verdade uma matéria complexa, difícil e que vem de afogadilho junto com muitas outras, não dando margem e não dando tempo à Casa de realmente analisar com cuidado, de estabelecer estas diferenciações, de fazer, na realidade, uma redução para os números, que são o que realmente interessam, nós nos defrontamos com estas aberrações gritantes que não poderíamos deixar passar despercebidas.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Com relação a este problema que o nobre Deputado levanta da tribuna, cabos, soldados e mesmo terceiros sargentos, recebem um soldo irrisório, um salário miserável. Mas as despesas continuam acontecendo por teimosia do Comandante Coronel Comandante do Exército da Polícia Militar do Paraná.

Além de receber um salário de fome, o soldado quando termina o curso de terceiro sargento, por exemplo, tem que pagar, do bolso, um uniforme de gala para usar uma vez só. E o que é pior, todos os integrantes da Polícia Rodoviária do Norte do Paraná que fizeram a conclusão há pouco, no Guatupê, o curso de terceiro sargento, todos eles permanecem em Curitiba, nos módulos que foram criados. São mais de trinta policiais da Polícia Rodoviária que vão ter que ficar em Curitiba. Agora vão ter que trazer a família, trazer a mudança. Então, quem é de Curitiba, vai para Londrina. De Londrina vem para cá. Ou de Curitiba vai para Pato Branco. De Pato Branco vem

para Curitiba. Um absurdo. Mas isto por teimosia desse Coronel do Exército, justamente contra o Comandante da Polícia Rodoviária que foi um dos líderes do movimento para que o oficial ficasse no Comando da Polícia Militar. É preciso dar autonomia para a Polícia Militar. Coronel do Exército vai cuidar do Exército; deixa a Polícia Militar para a Polícia Militar.

Por que qual é a perspectiva de quem faz uma carreira dentro da Polícia Militar? É evidente, a meta é chegar ao Comando Geral um dia. Mas, com o cargo ocupado por um Coronel do Exército, não há essa perspectiva para ninguém. Então, eu tive duas reuniões com os terceiros sargentos que fizeram o curso aqui no Guatupê e que não podem regressar para o interior, vão ter que trazer família, pagar despesa de mudança com esta porcária de salário que ganham, por teimosia e cabeça dura desse Coronel do Exército que comanda a Polícia Militar que graças a Deus vai sair, dia 29 agora.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa

Excelência, e para concluir, então nós deixamos aqui a interpelação, para a liderança do PDS já que representa o Sr. Governador do Estado. Há necessidade do Sr. Governador, se não quer responder à Oposição, mas responder à sua Bancada, qual é a sua posição pessoal em relação ao Comando da Polícia Militar. A lei lhe faculta e lhe garante que ele escolha um oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná para assumir o Comando Geral da nossa Corporação. Somos obrigados, portanto, a concluir que se fôr trocado o comando conforme se anuncia, por um outro oficial do Exército, lamentavelmente somos obrigados a concluir, quando a Oposição pede, quando a Bancada do PDS pede, quando a Polícia Militar num todo pede que o Sr. Governador do Estado, nada mais, nada menos do que é contra os próprios oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná, porque no seu entendimento não existe um só com capacidade de assumir o comando da nossa Polícia Militar do Estado do Paraná.

É a interpelação que deixamos, e de que o Sr. Governador do Estado está obrigado, publicamente, a responder. Porque foi a bancada do seu partido em Palácio pedir isso, conforme nos foi dito aqui em plenário, conforme extravasou e foi amplamente noticiado na imprensa, e a opinião pública do Paraná está a perguntar ao seu Governador do Estado qual é a sua posição em relação a esse problema, porque está na sua mão a troca do comando de um oficial do Exército por um oficial da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O Sr. Jurandir Messias — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, realmente Vossa Excelência está abordando com bastante propriedade este assunto, e porque não dizer com bastante conhecimento. E ainda mais que Vossa Excelência fez menção que ambas as bancadas estão perplexas e insatisfeitas com o problema.

Entendemos Deputado Nilso Sguarezi, que nos foi mandada uma Mensagem de afogadilho. Realmente nós precisávamos de mais tempo, precisávamos cuidar desta matéria com mais carinho, com mais dedicação porque não dizer, o que não nos será possível visto a exiguidade do tempo, já que ela nos foi mandada em cima da hora, no final do ano, numa hora em que o Governador convocou a Assembléia em regime extraordinário, e está nos enviando mensagens a toda a hora e todo o dia.

Realmente Deputado Nilso Sguarezi é muito difícil, como disse Vossa Excelência, se ter uma conclusão exata do problema. Mas, em tese, poderemos ter alguma conclusão e até poderemos acertar alguma coisa de positivo. É pena que as nossas emendas são poucos sensíveis por parte do Executivo. Por mais eficientes que elas sejam, por mais cabíveis que elas sejam, não são bem recebidas pelo Poder Executivo. E haja visto no caso que Vossa Excelência está abordando. Seria de bom senso que se emendasse o projeto. Que se fizesse alguma

coisa de útil para a corporação, para os milicianos do Estado do Paraná; mas fica aquela interrogação, Deputado Nilso Sguarezi, que Vossa Excelência tão bem coloca no seu pronunciamento, mas e o que adianta? O que vai resolver? O que adianta a nossa grita? O que adianta a nossa fala? E o que adianta a nossa boa vontade, a nossa boa intenção? Não resolve. E vai continuar, Deputado Nilso Sguarezi, não resolvendo, vamos sair do período de convocação extraordinária, aprovando um projeto, uma Mensagem específica, do interesse dos milicianos do Estado do Paraná. Desde o Coronel, ao Soldado; e que não vai resolver, não vai atender, as suas necessidades, principalmente, haja vista o soldo de um Coronel do Exército. O que ganha um soldado, então, um deus nos acuda, um deus nos livre. Portanto, Deputado Nilso Sguarezi, mesmo concordando plenamente com seu pronunciamento, com a sua justificativa, eu fico aqui a dizer, como já disse em outra oportunidade: — nada vai adiantar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Concluo, Sr. Presidente.

Queria dizer apenas o seguinte: — na verdade eu havia elaborado emenda, mas é uma emenda que para corrigir a situação, conseqüentemente, aumenta a despesa. E na atual conjuntura, que vem há 16 anos, ela passa a ser inconstitucional, razão porque eu nem apresento a emenda, mesmo porque se ela fosse constitucional, eu tenho certeza absoluta, há instruções para a Liderança do Governo não deixar a matéria passar. Porque todo o problema está reduzido ao que o Deputado Tavares disse. Se a distorção existe no caso dos segundos tenentes, que passarão a ganhar trinta e um mil cruzeiros, enquanto os delegados de quarta classe, passarão a ganhar mais de sessenta mil cruzeiros, a distorção é porque existe na verdade não mais do que 200 delegados, mas existem bem mais de mil oficiais. Então o Estado quer na verdade é não dar uma justa retribuição ao serviço que este cidadão está prestando. Mas o Estado está fazendo uma conta matemática, uma conta de chegar, para gastar o menos possível. Esta toda é a discussão do assunto. A Mensagem que vem aqui não é para dar uma retribuição justa a quem presta o serviço de segurança pelo Estado. É para, dentro de um "x" que se pode gastar, distribuir esse "x", no melhor entendimento do Sr. Governador do Estado.

Eu agradeço, Sr. Presidente, obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, usará o nosso horário, o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Com a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Junto com todas estas mensagens, emendas e projetos, que vêm alegrando os corações dos já enriquecidos deste Estado, dos altos funcionários com os devidos aumentos, resta-nos perguntar sobre o Natal dos atingidos pela grande hidrelétrica de Itaipu e, coincidentemente está tramitando nesta Capital, junto com tudo isto, um requerimento que desde logo tem o nosso apoio, do nobre Deputado Werner Wanderer, pedindo a criação de uma comissão que, por sua vez, irá estudar a possibilidade de criar áreas de interesse turístico, para compensar a perda que esses municípios atingidos terão com a construção da hidrelétrica Itaipu.

Referente a isso, como já dizíamos no início, somos favoráveis a que se crie condições ou formas de recompensar, porque, afinal de contas, é o Paraná, é o Estado do Paraná que

mais sofre as consequências, e que mais foi onerado com tal projeto.

E já em abril de 1978, em depoimento prestado por este que vos fala, na CPI da Desparanização, alertávamos, não só lamentando a perda das terras e do contingente humano, mas, também, preocupávamo-nos com as consequências, com o desastre ecológico que a população remanescente que o Paraná terá que suportar, logo após completada aquela obra.

O aspecto social que ficará nas cidades de Foz do Iguaçu, como também ficarão resquícios de problemas sociais na cidade de Guaíra, logo após a já em projeto, a futura grande usina, a segunda que virá se instalar sobre o solo brasileiro, sobre o solo paranaense, e sobre famílias paranaenses, e, mais uma vez, o Paraná irá sangrar.

O emprego que Itaipu oferecia, e para onde concorreram centenas e milhares de famílias, em busca de emprego, fez com que Foz do Iguaçu se inchasse com suas favelas.

E, agora, com o desativar dos empregos criados na proximidade de conclusão da obra, outra vez aumenta o problema social.

Tudo isso ocorre ao mesmo tempo, enquanto que os altos escalões dos funcionários de Itaipu eram brindados com toda espécie de regalias; casas, supermercados, "play-ground", clubes com piscina, quadras iluminadas de volei, basquete, tenis, futebol de salão etc.

Eram, aproximadamente, 750 funcionários de alto padrão, dos quais a maioria recebia pagamentos em código, não se revelara o quanto recebiam.

Tudo isso aconteceu em função de Itaipu.

Esses funcionários encerram suas atividades e vão para outras empresas, vão criar outras usinas. No entanto, nós, lá do Oeste do Paraná, ficamos com o pavor, o termo de tudo que poderá acontecer.

No Oeste do Paraná, onde se instalará o maior lago, segundo levantamento feito em outras regiões, provavelmente teremos um problema seriíssimo que vai requerer um trabalho de saneamento de toda a periferia do lago.

Os inúmeros banhados que deverão formar-se nas regiões adjacentes ao lago, com a elevação e subsequente queda das águas, e os lagos haverão de colidir com a grande massa d'água, esse movimento, esses lagos, esses pântanos que ali ficarão, vão expor a região a uma das enfermidades mais calamitosa aqui do Brasil, que é a esquistossomose.

Já existem focos de esquistossomose ao longo do Rio Paraná. Já na Ilha Grande, temos vestígios do caracol que é o transmissor desta doença.

No Brasil são 10 milhões de pessoas que sofrem desse tipo de moléstia. E quando falamos e requeremos que se instale, que se crie centros de turismo na região, deveríamos antes nos preocupar com o saneamento dessa região. Porque, provavelmente nenhum turista se acercará de um lago que, segundo os cientistas, segundo experiências já tida em outros grandes lagos de clima idêntico ao nosso, como a gigantesca barragem do Rio Sambesi, na África, onde houve um aumento populacional da mosca tsé-tsé, transmissora da doença do sono. Poderíamos também citar Assuan, no Egito. Poderíamos citar, no Nilo, onde a incidência ocorria sobre a mesma moléstia que é a esquistossomose.

Então, perguntamos, como vamos querer transformar em turismo, aquilo que será, se não houve providências, num novo foco endêmico da esquistossomose?

Além disso, alertávamos na época, também, dos perigos de um lago com tamanha massa d'água que poderá trazer em relação a possíveis movimentos sísmicos, registrado em 13 usinas, tanto no Brasil como no mundo afora. Usinas de características, de porte talvez menores do que essa. No entanto, sabe-se que será inevitável e não haverá milagre técnico que possa prever, ou evitar, tais catástrofes que se

desenvolverão, e que também poderão ocorrer de forma menos violenta.

Abalos sísmicos houveram em 16 represas construídas tanto no Brasil como no exterior. E nós, do Oeste do Paraná, temos de enfrentar com serenidade mais esse perigo que nos traz esse presente grego que é o Lago de Itaipu.

Pede-se, no entanto, terminais turísticos, enquanto que nosso agricultor, no Oeste do Paraná, tem que desembolsar 300, 350, 400 mil cruzeiros para ter eletrificação rural em sua propriedade. E a Usina, o Lago, o represamento, é em virtude de produção de energia elétrica!

Não seria mais lógico que pedíssemos que se beneficiasse a região pelo menos em troca dos riscos aqui nomeados, que se exigisse, em troca disso, a eletrificação rural a um preço mais barato; em vez de admitirmos que a união de mais de 700 quilômetros de estradas que vai cortar o Paraná do Oeste ao Norte, em direção a São Paulo, carregando aquela energia produzida em nosso polo, para os grandes centros industriais de São Paulo. A nós, do Paraná, dizíamos, fica apenas o ônus, o peso de carregar com os prejuízos da inundação das terras, com os nossos municípios e as estruturas viárias todas elas recortadas. O Município de Santa Helena ficará praticamente partido em dois. As cidades que ficarão praticamente ilhadas sem indenização, lesadas em suas atividades econômicas. A nós do Paraná cabe apenas arcar com este ônus e correr o risco de ficar ameaçada inclusive a cultura de soja, pois já existem suspeitas de agrônomos de que o soja será bastante prejudicado em seu cultivo com a presença dessa massa física de água que será o Lago de Itaipu.

A nós do Paraná, cabe apenas arcar com tudo isso calado, sem que no entanto pedíssemos em vez de simples terminais de turismo, pedíssemos que um pouco daquela energia elétrica que será produzida na ordem de 12,6 milhões de Kws-ano, que pelo menos um pouco disso seja deixado em prol ou em compensação do sacrifício que se nos impõe uma empresa Binacional, como é a da Itaipu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tudo o que pode ser feito no Oeste do Paraná para compensar o que estamos perdendo e o risco que haveremos de correr, será pouco. No entanto, sabemos que a Secretaria de Planejamento do Paraná, preocupada com essa perda, resolveu fazer uma reunião, num seminário sobre o desenvolvimento da região, do futuro lago internacional do Paraná.

Muitas sugestões boas foram apresentadas pelas lideranças aqui representadas: prefeitos, juizes, inclusive deputados e vereadores. Houve inclusive aquelas que se perguntaram e pediram sobre o saneamento da região. Houve também os que pediram que se construam escolas para adequar o futuro econômico daquela região, uma vez que será alterado o seu ciclo de chuvas, clima e provavelmente também a sua produção.

Mas houve também prefeitos que provocaram gozação no meio da imprensa quando pediam simplesmente que se instalassem praias como no caso do Prefeito de Santa Helena, pedindo que se transportasse areia e se conseguisse praias. Talvez com isso diminuiria a distância que ele faz de Santa Helena a Camboriú utilizando-se de veículos públicos para ir à praia.

Agora estamos diante de um requerimento que visa criar centros ou áreas de interesse turístico.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado que apresenta esse requerimento, o ampliasse para que essa comissão estudasse com seriedade toda essa listagem de sugestões feitas pelas lideranças nesse seminário promovido pela Secretaria de Planejamento e com isto, talvez, Sr. Presidente, possamos encontrar uma fórmula para compensar melhor o Paraná que está sendo sacrificado em função de Itaipu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do seu horário. — (Declina).

Consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. — (Declina).

Consulta à Liderança do PDS.

Com a palavra o Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Em comemoração à data de emancipação política de nosso Estado, a Secretaria da Educação estará entregando amanhã uma série de obras escolares construídas pela FUNDEPAR em 22 municípios de nosso Estado, inclusive na Capital.

O programa a ser cumprido amanhã simboliza a entrega de 44 obras escolares, representadas por 218 salas de aula, além de seis canchas para a prática de esportes. Com a entrega destas obras, a Secretaria da Educação atende, através da rede oficial de ensino, a uma comunidade de quase 23 mil alunos, além de oferecer, a uma parte, oportunidade para a prática de diversas modalidades de esportes.

A solenidade a se realizar amanhã encerra a programação de obras que a Secretaria da Educação executou este ano, através da FUNDEPAR, para atender a uma das prioridades básicas estabelecidas pelo Governo Ney Braga na área do ensino oficial paranaense.

Desde o início do atual Governo, a Secretaria concluiu a construção de 328 prédios escolares e iniciou a construção de mais 116, representando 1.369 salas de aula entregues e mais 531 salas que serão oficialmente inauguradas nos primeiros meses do próximo ano.

Complementando essa fase de construções, a FUNDEPAR deverá iniciar em janeiro, a construção de mais 66 prédios escolares, totalizando 531 salas de aula. Ao completar dois anos de administração, em março de 81, o Governo Ney Braga deverá ter entregue 510 prédios escolares, totalizando 2.285 salas de aula e a aplicação de 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros. Não estando incluídas nesse total as salas de aula que receberem reparos e melhorias.

Até lá, cerca de 205 mil alunos deverão ser beneficiados com a conclusão destas obras. Este setor — o de construções escolares — tem por finalidade ampliar e melhorar a rede física de ensino oficial, oportunizando um número cada vez maior de matrículas às crianças em idade escolar."

E o total que nós acabamos de anunciar nos dois primeiros anos do Governo Ney Braga, se constitui efetivamente, num verdadeiro recorde na história administrativa do Paraná.

Isto dá uma imagem, dá uma idéia do grande interesse que devota o Governo Ney Braga no setor de educação, contrariando o que se afirmou nesta Casa por ocasião da greve dos professores, de que Ney Braga não fazia pela educação, aquilo que ele prometeu quando Ministro e no início do seu Governo. Além de atender dentro das possibilidades do tesouro estadual, as reivindicações dos professores, este programa da FUNDEPAR e da Secretaria de Educação, relativamente à construções de prédios escolares de salas de aula é realmente ousado, e dá uma dimensão do interesse que tem o Governo do Estado pelo setor de Educação.

E para terminar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a pouco quando estava na tribuna o Deputado Nilso Sguarezi, recebeu um aparte do Deputado Fiori Luiz, quando Sua Excelência criticou o Governo do Estado pelos índices salariais propostos a esta Casa para a Polícia Militar. Esquece Sua Excelência que houve um acordo entre os componentes da Polícia Militar e o Governo do Estado. A Polícia Militar pedia, realmente, um pouquinho mais do que recebeu. Mas, diante da argumentação do Governo do Estado, através da sua Secretaria de Planejamento, através da Secretaria de Finanças e da Secretaria de Recursos Humanos, de que, o tesouro estadual comportava

não a pretensão exata da Polícia Militar do Estado, mas sim, em nível um pouquinho menor. Houve compreensão, houve boa vontade, aliás, reconhecido pelo próprio Deputado José Tavares, digno membro da Oposição, de que o Governo estava dando aquilo que era possível dar e que foi aceito com a melhor boa vontade pelos componentes da Polícia Militar.

Nós entendemos o papel da Oposição; a Oposição tem que criticar sempre, mesmo não encontrando motivação tem que criticar porque a Oposição vive é isso. A Oposição mantém a sua chama partidária, mantém o interesse do eleitorado através dessas críticas ao Governo. No instante em que os homens da Oposição ocuparem a tribuna para dizer que o Governo em dois anos construiu 531 prédios escolares; 2.218 salas de aula, que vem atendendo a rede de ensino como jamais se atendeu neste Estado; que reivindicações salariais de diversos segmentos do funcionário público foram atendidos além do aumento geral dado pelo Governo; no instante em que a Oposição vier dizer isso, a Oposição deixou de existir, não existe mais razão para a existência da Oposição.

Então nós compreendemos perfeitamente o papel da Oposição. Apenas não queremos deixar passar sem um reparo o aparte, para nós, infeliz, do nobre Deputado Fiori Luiz.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa

Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados, não tanto para a verificação de "quorum", mas para que a Secretaria da Casa, tome as providências, com relação ao que dispõe o Regimento Interno, relativamente ao pagamento do período extraordinário. Porque nós verificamos que alguns dos Deputados não compareceram a uma única sessão, do atual período extraordinário. E o Regimento Interno é bem claro neste particular.

Então, esta chamada que eu estou pedindo diariamente é para servir de roteiro e orientação à Mesa, com relação ao pagamento. Porque não é justo que todos os Srs. Deputados, a grande maioria aqui compareça, debata as matérias de interesse do Estado do Paraná, com o mais absoluto respeito, com o maior patriotismo e alguns dos Srs. Deputados jamais compareceram a uma única sessão, do atual período legislativo.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Esta Presidência solicita ao Sr. 1.º Secretário, as devidas providências com relação a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério. Registramos a presença, em nosso plenário, do Sr. Etenilo Pim, Presidente do PDS de Dois Vizinhos.

A Presidência solicita do Sr. 1.º Secretário chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Responderam a chamada 41 Srs. Deputados.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Registramos a presença do Sr. Sebastião Manoel dos Santos, Prefeito Municipal de Jacarezinho.

Sobre a mesa, Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 187/80, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiada.**

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/80, de autoria dos Deputados EZEQUIAS LOSSO e TRAJANO BASTOS, que cria no Município de Guarapuava, o Distrito Administrativo de Turvo, com sede e divisas na localidade do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 6/80, de autoria do Deputado DAVID CHERIEGATE, que cria no Município de Cascavel, o Distrito Administrativo de Sede Alvorada, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 166/80, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria o Distrito de Aparecidinha D'Oeste, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 167/80, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que cria o Distrito de São José do Itavó, no Município de São Miguel do Iguaçu, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 84/80), que visa modificar a estrutura da Procuradoria Geral da Justiça e altera seu Quadro de Pessoal, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Em votação.**

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, tendo em vista ser um assunto que vem a esta Assembléia sob pressão, e por não admitir que a Assembléia funcione sob pressão, declaro meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 183/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 85/80), que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR. Parecer da C.C.J. VERBAL DO DEPUTADO AIRTON CORDEIRO e da C.F. FAVORÁVEL por unanimidade. **Em votação.**

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação)

Por ser assunto de mais alta relevância, envolvendo aval, ou empréstimo do Estado, para uma matéria que envolve três bilhões de cruzeiros, demonstrando claramente a falta

total de planejamento do Estado, que em 15 dias, pretende que se autorize aval e empréstimos à SANEPAR, quero deixar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, pelas mesmas razões argüidas pelo Deputado Deni Schwartz, eu quero que seja consignado o meu voto contrário, por tratar-se de matéria realmente complexa e que este Deputado, juntamente com os demais do meu partido, não teve oportunidade de analisá-la com mais cuidado e por esta razão, quero manifestar o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está em votação o Projeto de Lei n.º 183/80.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a

votação) Sr. Presidente, já é matéria consagrada, em Mensagem do Governo, usar do expediente da convocação de Assembléias Legislativas e não só no Paraná, para aprovar a toque de caixa, empréstimos, elevação de certos vencimentos, modificação da estrutura econômica e assim por diante.

Desta forma, Sr. Presidente, é absolutamente impossível o Poder Legislativo adequar-se para o exame perfeito, para o equilíbrio da justiça, para buscar a equidade, num tempo de 15 dias, receber, discutir nas Comissões Técnicas, vir a plenário, discutir a nível de Plenário e ainda votar, mensagem desta natureza.

Principalmente em se tratando de empréstimo, de matéria de natureza financeira. É verdade que a Constituição, este retalho que convencionaram chamar de "Constituição", veda qualquer alteração modificativa no processo legislativo, que tenha referência a programas, aplicações de natureza orçamentária, financeira, que envolve despesa ou receita.

Mas é verdade também, Sr. Presidente, que não deve descurar o Parlamento, da sua obrigação máxima, deferida pelo povo, de que deve ser fiscalizada, com a maior atenção, matéria desta natureza.

Por esta razão e por outras mais que tenho feito da tribuna da Assembléia, não vou votar favorável a esta matéria, Sr. Presidente. Voto contrariamente, porque não é possível independente de outras razões, não é possível uma Assembléia apreciar; apreciar, não. Aprovar, a toque de caixa, e a toque de batuta do Governo, em 15 dias, uma matéria desta natureza.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, apenas para que não transite em julgado, tantas inverdades ditas pelo nobre Deputado Fídelcino Tolentino.

Apenas para que não se passe um atestado de incompetência à Bancada do Governo, nesta Casa.

Como eu disse, uma argumentação totalmente infundada, porque todos nós que conhecemos a Mensagem, sabemos que não tem nada de mais, que é um programa de saneamento básico, que o Governo do Estado, através da SANEPAR, conseguiu do BNH, financiamento dessa ordem de 3 bilhões de cruzeiros, para levar aos municípios, principalmente do interior do Estado, saneamento básico, que é a aspiração de todo homem, chefe de família.

Este é o programa que vem sendo cumprido religiosamente pelo atual Governo, que tem como meta principal o homem em sua administração.

Quanto à outra afirmativa de que o Governo pressiona

o Poder Legislativo com convocação extraordinária, por uma questão de ética, é que eu não vou dizer publicamente o porquê da convocação extraordinária.

Mas, os Srs. Deputados da Oposição, principalmente o seu Líder, sabe muito bem as razões da convocação do atual período extraordinário.

Apenas por uma questão de ética, repito, não podemos ficar calados, permanecer passíveis, com uma injustiça que se pratica hoje, aqui, contra o Governo do Estado, que não está fazendo pressão, que poderia ter mandado esta Mensagem em outubro, poderia ter mandado em novembro. E, por solicitação desta Liderança atendendo apelos de diversos Srs. Deputados da Oposição, o fez em período extraordinário.

É preciso que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que nós respeitamos muito, que nós sabemos ser um homem devotado às causas públicas, meça um pouquinho a sua linguagem. Não é possível lançar sobre a Bancada do Governo os impropérios que lançou na tarde de hoje, quando nos disse que estamos aqui para dar cobertura à pressão do Governo, votando a toque de caixa, de afogadilho, mensagem que não tem nada de mistério, não tem nada.

Qualquer Sr. Deputado da Oposição que aponte alguma coisa de misterioso nesta Mensagem, ou menos diga uma atitude menos digna do Chefe do Poder Executivo, ao mandar para a Casa esta Mensagem, que nós seremos os primeiros a solicitar a retirada da Ordem do Dia.

Apenas é um aval que o Estado dá para o empréstimo que o Governo Federal faz ao Governo do Estado, através da SANEPAR, para levar saneamento básico aos municípios do interior do Estado. Nada mais que isso. Nenhum mistério, não tem nada escondido nesta Mensagem.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. NELSO SQUAREZI — (Para encaminhar a votação)

Também para que não transite em julgado, as afirmações do eminente Líder do Governo que, muito subrepticiamente, mas inteligentemente, quis deixar claro que alguns Srs. Deputados da Oposição pediram o 13.º salário ao Governo do Estado. Não posso concordar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — não posso concordar, Sr. Presidente, porque as afirmações que foram ditas aqui, de afogadilho, e que serão ditas, é o quadro que estamos assistindo.

A convocação foi feita no dia 1.º, 2, ou 3, e começou no dia 8. No dia 15, Sr. Presidente, esta Casa lia uma Mensagem, pelo Sr. Secretário, e estava na Ordem do Dia do mesmo dia.

Nós estamos vendo o afogadilho aí. Deputados do Partido da Situação correndo nas Secretarias, pedindo explicações sobre o problema da taxa judiciária; sobre o problema dos vencimentos dos desembargadores. Então isso é ou não afogadilho.

Questões de alta indicação, como é a taxa judiciária, Sr. Presidente, não se tem o tempo necessário. Aqui desta tribuna, nós mesmos sustentamos de que a taxa judiciária deveria ser mudada, de que o Estado não poderia cobrar Cr\$ 10,00, é uma piada! A Oposição queria aumentar.

Agora, o que nós não podemos concordar é que se diga isso, que se queira jogar de que a Oposição pediu a convocação extraordinária para ganhar o 13.º salário, que se paga.

Ora, Sr. Presidente, entre uma coisa e outra, há muita diferença. Acredito de que deveria ter vindo no bojo, quan-

do a Assembléia foi convocada, é que deveriam ter vindo todas as propostas que ela ia apreciar. Aí haveria honestidade, porque, caso contrário, depois do dia 15, mandaram uma Mensagem, sabendo e exigindo da Casa, que passasse o Natal privando os Srs. Deputados do convívio de suas famílias.

Ora, Sr. Presidente, onde existe ética? Porque sabemos que o Executivo, na próxima sexta-feira, vai fechar suas portas e como pode exigir que esta Casa — até por obrigação constitucional — porque convocada extraordinariamente, fique aqui?

Isso, Sr. Presidente, não pode passar sem a repulsa veemente, como fazemos aqui.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminho esta matéria para declarar o meu voto contrário, como já tive oportunidade de fazer da tribuna desta Casa, em 1.ª discussão.

mas, me reportando às palavras do eminente Líder do PDS, quando dizia que esse Projeto de Lei 183/80, Mensagem Governamental 85/80, não tinha nada de misterioso, eu gostaria só de dizer o seguinte: que esse Projeto de Lei 183/80 "que autoriza o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco do Estado do Paraná S/A com o Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR."

Ocorre, Sr. Presidente, que já fiz essa crítica porque, na Mensagem, em nenhum parágrafo, fez-se menção do Artigo 2.º, do projeto de lei é que será dada autorização para que o Poder Executivo possa contrair um empréstimo de um bilhão e 800 milhões de cruzeiros.

Sr. Presidente, o mistério é esse e queria que ficasse registrado o meu ponto de vista para que nós, da Oposição, não ficassemos tachados de coniventes e que estávamos avaliando esse projeto.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa Bancada vota contrariamente a este projeto.

E se Vossa Excelência e os Srs. Deputados forem fazer um balanço das atividades parlamentares, efetivamente a Casa dará razão às colocações feitas, em seu estilo próprio, pelo nobre Deputado Fidelcino Tolentino. Porque, é uma praxe, em todos os parlamentos brasileiros, de, em uma convocação extraordinária de final de ano, o Executivo se utilizar desse expediente, exatamente às vésperas das festas natalinas e enviar ao Parlamento uma série de proposições que, efetivamente, bem poderia ter sido, se assim o desejasse, votadas no decorrer do semestre.

Entretanto, Sr. Presidente, o que se fez com este Poder, muito embora a alegação inicial desta convocação extraordinária tivesse sido o Plano de Reclassificação do Funcionalismo Estadual, entretanto, foi feita uma verdadeira cascata de mensagens, obrigando este Poder a fazer sessões extraordinárias nas diversas comissões; a suspender os trabalhos das nossas sessões para reuniões de emergência das Comissões de Finanças e de Recursos Humanos. E, inclusive, a ter a compreensão e a boa vontade de todas as bancadas, no sentido de que fosse dado melhor trânsito a essas matérias, para que

elas fossem votadas e discutidas.

E não é atoa, Sr. Presidente, que esta Casa se reúne hoje, se reunirá amanhã, se reunirá numa sessão sabatina e irá se reunir também numa reunião dominical, para que, exatamente as proposições do Executivo tenham esse trânsito, mas não se pode exigir, Sr. Presidente que a Oposição abra mão da sua coluna vertebral, abra mão dos seus princípios básicos para votar na pressa e no afogadilho, tudo aquilo que o Executivo queira.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados
Apenas para colocar a minha posição quando naturalmente, no dia de ante-ontem fizemos a nossa colocação também no que diz respeito à pressa na aprovação ou não dessa matéria e a nossa posição é de votar contrário, em função da pouca análise que esta Casa fez e pela responsabilidade que tem em função desses avais que o Governo do Estado vem dando.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, nós damos razão para a Oposição, porque eles tem direito de espernear. Eles estão vendo, eles são os intelectuais da Assembléia.

Agora, a Bancada do PDS, são homens de ação, de objetividade que confiam no seu Governo, confiam principalmente nas pequenas comunas que querem ver os seus municípios com saneamento básico. Agora, se a Oposição não quer, eles que vão dizer lá no interior que não querem que o Governo pegue dinheiro para aplicar na SANEPAR, para que a SANEPAR não possa dar água, para que o pessoal do interior fique com as suas fossas negras, transmitindo doenças, porque assim é a vontade dos intelectos, que acham que estão sendo coagidos.

Nós aceitamos esta convocação e devemos nos limitar a estudar as matérias, porque um intelecto que em 15 dias, não tem condições de discernir, então não sei. Se em 15 dias, nós não podemos discernir uma matéria simples como esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tão simples que a Oposição, dentro da sua inteligência, dentro da sua intelectualidade sabe que vai ferir os seus interesses eleitoreiros, sabe que esse dinheiro há de ser aplicado e muito bem aplicado pelo Governo do Estado nas pequenas comunas, que há de vir contra os interesses pessoais que não são os interesses da coletividade paranaense, porque esse dinheiro que há de vir para a SANEPAR, Sr. Presidente, Srs. Deputados e imprensa do meu Paraná, há de ser aplicado em benefício do povo paranaense e principalmente dentro das pequenas comunas que, dentro da meta prioritária do Governo Ney Braga, ele não quer nenhuma comuna sem água.

Mesmo que custe isso, críticas infundadas, críticas para a nossa bancada, nós viremos votar sábado, domingo, segunda, terça e quarta-feira porque nós estamos sendo pagos para

isto. Nós fomos convocados do dia "x" de dezembro ao dia 30. Então não temos direito de reclamar. O emprego que é bem pago, não pode reclamar do seu patrão. Nós somos pagos para trabalharmos até o dia 30/12 e quem não pode com a pólvora não se mete a fogueteiro. Então quem não quer trabalhar no Natal, devolve o que recebeu, Sr. Presidente aos cofres da Assembléia, porque nós viremos aqui no Natal, no Ano Novo, para dar cobertura para o nosso Governo, porque nós confiamos sinceramente na sensibilidade do Governador Ney Braga e este dinheiro há de vir para ser aplicado nas pequenas comunas. Nossos parabéns ao Governador Ney Braga e ao nosso Líder, que defende a nossa Bancada, altaneiramente. Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Senhor Presidente, é preciso fazer aqui uma observação, no encaminhar a votação, sobre o argumento que acabamos de ouvir do Deputado Gabriel Manoel, que a nossa Bancada, composta de intelectuais, mas nós também o entendemos como um grande intelectual e sabemos até da sua tendência, como admiração de Adelaide Carraro, que seguidamente cita nesta Casa, "A falência das Elites" e que então não há que se fazer essas divisões, num plenário como o nosso.

Além do mais, talvez nós estejamos distantes do nosso patrão, Sr. Presidente, que é talvez, o povo, e do ilustre Deputado que acabou de encaminhar o voto, ou seja o Governo.

Mas, Sr. Presidente, com referência ao mérito, o que nós realmente sentimos, é que, veja-se pelo processo, que foi protocolado no Departamento Legislativo no dia 15 de Dezembro, o projeto que tem um objetivo muito sério e que merece não só o apoio, mas que se haja um debruçar profundo sobre isso, porque o Poder Executivo ficará autorizado a dar fiança aos empréstimos contraídos, e que venham a ser contraídos pelo BANESTADO com BNH, correspondentes nesta data, a 3 bilhões 649 milhões 580 mil cruzeiros, destinados à execução de obras do sistema de abastecimento de água e esgoto em municípios do Estado, e a conferir ao BNH os poderes para levantar junto ao Governo Federal, as parcelas do Fundo de Participação dos Estados etc.

Ora, Sr. Presidente, nós precisávamos até por uma questão de melhor entender os interesses do povo, que foi a preocupação do Deputado Gabriel Manoel, de poder ter mais tempo de analisar este projeto no todo, para ver, inclusive, a que nível de prioridade estão colocados os municípios que estão com a situação de abastecimento em precariedade absoluta.

Precisamos ter até acompanhado a mensagem porque nós também não temos aqui obrigação de conhecer "pari-passu" todos os meandros de um projeto como também de sua aplicação, portanto, precisava estar aqui com mais detalhes, os municípios, quais são as regiões; quando que serão feitas essas aplicações, aqueles empréstimos a contrair.

Teríamos que analisar, conforme aqui consta, Sr. Presidente, o Artigo 2.º do mesmo projeto. Quando daremos autorização ao Poder Executivo a contrair empréstimos destinados a suplementar, já aí se fala em contratação de empréstimos, e não mais o aval conforme já foi aqui muito bem, o assunto levantado pelo Deputado Darcy Deitos, então são essas coisas, que nós entendemos que o Governo pela sua capacidade, pelo instrumental humano e técnico, que possui,

pelas Secretarias, onde cada Secretário, e nós vemos isso em todos os debates, em qualquer encontro e está assessorado por 10, 15 pessoas, nós Deputados, sabemos das deficiências que têm a própria Casa e o Poder Legislativo, portanto, nós precisávamos ter mais fôlego para este tipo de coisa.

Ainda mais em se tratando de um projeto tão sério, com tanta repercussão, de um problema tão grave, como é o da saúde pública, o problema de saneamento, os problemas básicos da população, para vir dia 15, e nós hoje, dia 18, estamos já aprovando. Realmente, não é o problema, nós entendemos que como diz, pelo potencial humano e técnico que possui o Governo, é o tipo do projeto que, além de trazer todo o conjunto de aplicabilidade da verba, nós poderíamos também ter aqui antes, um projeto deste para melhor análise, para se verificar, para, inclusive, que todos os 58 Srs. Deputados, sentissem que regiões, que municípios e quais que estão na escala de prioridade de Governo, alguém sabe? alguém conhece?

Por isso, Sr. Presidente, é que nós temos que deixar esses votos de protestos, até às vezes de maneira incisiva, porque três dias num projeto, que tem 3 bilhões de cruzeiros de aval e mais um empréstimo a ser contraído, então nós temos que realmente, estranhar, protestar, manifestar até para um efeito pedagógico, Sr. Presidente, que no próximo ano, não haja essa repetição. Que no próximo período legislativo, nós possamos nesse tipo de projeto, como bem disse o Deputado Nilso Sguarezi, se mesmo for convocada a Assembléia, extraordinariamente, receber todas as mensagens que serão discutidas, e aprovadas no período de excepcionalidade da Casa.

Seria de boa técnica legislativa, de bom senso e acima de tudo, de uma prática séria, para que este Poder seriamente, possa se conduzir.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, só para indagar.

O Parecer da C.C.J. foi dado verbalmente, segundo consta da Ordem do Dia. A indagação que eu faço, Sr. Presidente, como questão de ordem, é se o Parecer da Comissão de Justiça foi dado verbalmente?

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) De acordo com o Regimento Interno, foi dado verbalmente, nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, sem me avocar a advogado de defesa do meu companheiro Gabriel Manoel, eu acho o seguinte: O Deputado Gabriel Manoel, homem do Norte Pioneiro, é um homem que há tantos anos volta a esta Casa sempre com uma votação bastante expressiva.

Realmente, o Deputado Gabriel Manoel, é um homem de origens humildes, fato que só vem a orgulhá-lo e ele muitas vezes, citá frases, faz veementes protestos e discursos de forma simples, mas muito clara, muito correta e muito a propósito muitas vezes. E desta feita, o discurso do meu companheiro Gabriel Manoel, foi realmente muito próprio. Porque ele disse, entre outras coisas, que a Assembléia foi convocada para um período de trabalhos extraordinários de 5 a

30 de dezembro. Isto estava incluído o Natal evidentemente, esta incluído praticamente a véspera do ano novo.

Portanto, não é surpresa para ninguém, nós termos que ficar aqui até o dia 30 do corrente mês, para isso estamos sendo pagos como bem disse o Deputado Gabriel Manoel.

Mas, com relação ao projeto especificamente, gostaria de dizer que, por uma feliz oportunidade, estive ainda hoje pela manhã, com o Presidente da SANEPAR, e ele dizia das dificuldades porque passava aquela autarquia no sentido de que, de uma previsão de obras para 81 de 7 bilhões de cruzeiros, o Governo não tinha condições de dar-lhe mais do que 2,9 bilhões de cruzeiros e que haveria, evidentemente, necessidade de complementar esta disponibilidade financeira com recursos de empréstimo através do BNH. E dizia também, que hoje no Paraná e aqui abra-se um parênteses, SANEPAR, o trabalho de água, esgoto, saneamento básico, é um trabalho muito difícil. Porque é um trabalho muito caro, muito dispendioso e que realmente não aparece, porque ele é enterrado. E hoje, no Estado do Paraná, a SANEPAR tem à sua responsabilidade, mais de 750 localidades fornecendo água e muitas delas esgotos também. E também, possui no Paraná, na data de hoje, mais de 75 obras em execução em pequenas comunas e em grandes cidades do interior do Paraná.

Então eu acho, e vai aqui o meu voto de solidariedade, de pedido à Bancada do PMDB, que vote favorável ao projeto. Porque se Vossas Excelências hoje, não têm condições de esmiuçar melhor, quais as comunidades que serão beneficiadas com isso, eu tenho certeza, que serão aquelas mais carentes, aquelas que mais precisam desse dinheiro para solucionar problemas básicos que é a água, esgoto e outras obras que levem a população a ter um melhor padrão de vida.

Portanto, Srs. Deputados, acho que quando o PMDB for Governo, e aí está a nossa pregação de muitos anos pela alternância do Poder, e graças a Deus agora e graças ao Presidente Figueiredo, temos uma Mensagem aprovada para eleições diretas nos governos estaduais. Se Vossas Excelências, se o povo do Paraná escolher o Governador de Vossas Excelências eu tenho certeza, que Vossas Excelências virão aqui para aprovar talvez mensagens iguais a essas em muitas oportunidades. Porque é um ônus de ser Oposição. Evidentemente que nós Deputados do Governo sabemos para que será aplicado esse dinheiro e sabemos dos benefícios que trará a milhões de paranaenses. Isso nós sabemos.

E pedimos a Vossas Excelências num apelo final nessa participação dos debates, que votem favorável ao projeto, votem para que nós possamos dizer ao povo do Paraná, quando se erguer uma das placas da SANEPAR, dizendo: "aqui haverá água tratada; aqui haverá esgoto, nós possamos dizer que todos os representantes do Paraná, da Oposição e da Situação estiveram na Assembléia em época de Natal, quando deviam estar com as suas famílias e seus filhos, mas lá foram para aprovar condições de recursos, para que o Governo pudesse cumprir a sua obrigação de levar ao Paraná e aos paranaenses, sobretudo, melhores condições de vida.

E eu diria só para responder aqui uma pequena frase do Deputado Nelson Friedrich, quando falava que o patrão nosso seria o Governo, e o de Vossas Excelências o povo. O dinheiro que nos paga, o dinheiro que paga Suas Excelências o Governador do Estado do Paraná e os demais Secretários, e todos os funcionários públicos do Estado do Paraná é o mesmo dinheiro, Deputado, é o dinheiro arrecadado pelos impostos.

Portanto, nosso patrão é o mesmo, é o povo do Paraná que espera que nós aqui possamos cumprir o nosso dever.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É evidente que num momento desses é notória a dificuldade com que a Oposição tenta contestar a oportunidade do Governo de encaminhar a esta Casa matéria de tamanha relevância. Sabe-se que em se tratando de saneamento básico, quanto mais se espera maior será o custo, não apenas analisando financeiramente, mas apenas sobre o aspecto da desvalorização do dinheiro, não sobretudo pelo aspecto técnico de obras dessa envergadura.

O problema de saneamento básico, principalmente saneamento básico no que tange aos serviços de água e esgotos caminha em razão inversa ao crescimento populacional, porque o consumo per capita de água aumenta com o desenvolvimento. E nós temos, desde 1.964, quando tivemos um Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária no Paraná, a condição de dizer aos brasileiros daqui deste Estado que temos condições ainda de estabelecer medidas profiláticas, no que tange ao saneamento básico de água e esgotos.

Porque em outros Estados, a exemplo do Estado de São Paulo, medidas como estas já não se fazem mais como se pode fazer aqui no Paraná. Porque o problema de saneamento básico em São Paulo e na maioria das cidades de todo o mundo já se torna impraticável. E o Paraná lidera o Brasil e Curitiba é uma das cidades que lidera o mundo em saneamento.

Já foi citado em literatura de autores internacionais que o problema de saneamento em Curitiba tem sido modelo para o mundo. E o Paraná com os seus dados de investimentos, sobretudo na parte de tratamento de água, estará dentro em pouco também oferecendo publicações e normas técnicas e comparativas, até mesmo, para dados financeiros. Para dizer da oportunidade que se faz agora de investimentos em obras dessa envergadura.

Sabemos pois da dificuldade com que a Oposição pretende dizer de que o Governo aproveita de uma oportunidade de afogadilho para tratar de assunto tão importante.

Se é chegada a hora, esta hora deve ser agora. Não poderíamos esperar de que o investimento em obra de tamanha significação esperasse a reabertura dos trabalhos desta Casa de Leis, tão somente porque a Oposição, como disse bem já o Deputado Gabriel Manoel, vê também em paralelo ao benefício do povo o prejuízo da Oposição. Porque na medida que levam o bem estar à comunidade, mas sobretudo obras que têm também um sentido humano, porque a saúde do povo é a suprema lei.

E neste momento não estamos legislando com vistas a investimentos eleitorais, porque as eleições já se vão muito longe. Estamos sim, preocupados com a suprema lei que é a saúde do homem e, sobretudo, o aproveitamento das condições que dispõem o Estado e a Nação de investir através de empréstimos. E estes convênios que são feitos, dos municípios com o Estado, financiados pelo BNH, têm sido a grande corrida dos municípios para o Executivo através da SANEPAR, buscando condições para resolver os problemas de água destas pequenas comunidades, principalmente das pequenas unidades municipais que não têm condições para administrar tais serviços.

As grandes cidades não têm interesse em repassar este tipo de serviço ao Estado, porque muitos deles são de rentabilidades positivas, mas são principalmente os municípios deficitários, onde a administração de serviços de saneamento básico, de água e esgoto, são deficitários aos cofres públicos municipais, que correm ao Estado para os convênios, repassando a administração destes serviços à SANEPAR.

Se não dermos condições, neste momento, ao Estado, através de seu serviço de saneamento, para poder arcar com a responsabilidade deste serviço de utilidade pública, estaremos legislando contra o bem estar da comunidade paranaense. Isto porque, na condição de técnico deste assunto, Sr. Presidente, não pude privar-me da oportunidade de dizer de que esta é a hora, talvez tardiamente, para levarmos ao Estado as condições mínimas, necessárias para a solução de tais problemas.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

O SR. WALDIR PUGLIESI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, causa estranheza certas colocações que foram feitas aqui, dizendo-se que a minha bancada, a Bancada do PMDB, é contra o saneamento básico.

Tanto isto não é verdade, que o maior saneamento básico que se poderia fazer nesta Nação era se substituir este regime e este Governo. Este é o maior saneamento básico pelo qual o meu partido está lutando há muitos anos. Os outros financiamentos viriam em função deste saneamento básico. Este sim.

Fala-se aqui que a saúde do povo é a suprema lei e se traz um Henrique Simonsen, se traz um Ministro Delfim Neto para jogar o povo na fome, na miséria, se praticando arrocho salarial, fazendo-se com que os índices inclusive da mortalidade infantil se elevem em função da política econômica-financeira deste regime que precisa ser saneado pelo povo brasileiro.

Quando se fala que o Presidente Figueiredo "graças a Deus!" vai dar eleições diretas em 82, está se faltando com a verdade. O Presidente desta Nação é useiro e vezeiro em dizer: eu farei, eu faço, eu vou fazer, eu concedi, eu concederei!

Nada disto também é verdade. O Presidente da República é prisioneiro de um sistema injusto, que a Igreja inclusive já chamou de pecaminoso, porque joga o povo na desvalia. O Presidente, pressionado pela sociedade civil. Este regime, não tendo mais saída nenhuma, se reciclou, mudou a roupagem, mudou de roupa para continuar enganando o povo.

Quando se fala aqui que o Governo é patrão, pode ser patrão de alguns, do meu partido, de minha bancada, nunca foi patrão, nunca será patrão! Os nossos patrões são camadas populares que estão aí a falar. E é bom que se diga aqui que no dia que se verificou a Queda da Bastilha o Rei da França, imbecilizado pela ditadura que implantava na França, escreveu no seu diário, —Luiz XIV, "Aujourd'hui, rien!"'. O povo morrendo de fome, estava sendo guilhotinado e o Rei da França, escreveu no seu diário: que naquele dia, no dia da Queda da Bastilha, no dia 14, nada estava acontecendo. E aqui neste País também, Sr. Presidente, ouvido existem muitos. Tem um Ministro, por exemplo, que tem um desse tamanho, (mostra, abrindo os braços) mas não ouve nada. Não escutam o vozerio, o clamor popular. Estão surdos, estão cegos e quando querem inquinhar a minha bancada, dizendo que nós somos contra o saneamento básico, é mentira. Nós estamos pregando reformas sociais profundas, para tirar o povo da fome, para tirar o povo da miséria. E quando Deputados se levantam para dizer estas coisas, é preciso que todos nós, legítimos representantes do povo, ergamos a nossa voz, para recolocar a verdade nos devidos termos.

Sr. Presidente, saneamento básico, tiveram 16 anos para fazer o tratamento da água. Estão no Poder, através de um golpe militar desfechado pelo capitalismo internacional, aliado ao grande capital nacional, amparado por inusitado, desconhecido aparato policial-militar jamais visto na América Latina, exatamente para impedir que o povo pudesse aprender a ler e a escrever. Que o povo pudesse ter cabeça para seguir o seu caminho por si mesmo...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Pela ordem) Sr. Presidente, regimentalmente, o encaminhamento da votação não pode ser desviado da matéria que está sendo tratada. Por obséquio.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra o nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI — Sr. Presidente, agradeço a interpretação correta que Vossa Excelência está dando, aquilo que nós estamos falando.

Existem ainda, Sr. Presidente, como Vossa Excelência o faz nesta tarde discernimento para ver a justeza daquilo que nós estamos falando, que na realidade não se desvia da matéria. Nós estamos cansado, ao longo de todos estes anos, e em todos os Paramentos, sermos sistematicamente acusados de sermos demagogos, quando levantamos certos problemas. O interessante, Sr. Presidente, é que levantamos os problemas, por exemplo, no ano de 80; e não há compreensão por parte das bancadas governamentais. Daí 4 ou 5 anos elas reconhecem aquilo que nós estávamos falando lá atrás. Quer dizer, nós estamos na realidade, o meu partido, a sociedade civil, Sr. Presidente, está realmente adiante da compreensão desses homens, que estão dando a necessária cobertura a esse regime que infelicitou o povo brasileiro.

Na realidade, Sr. Presidente, quando se fala que o Poder Executivo é que está me pagando, eu não posso aceitar isso. Não posso. O Poder Executivo não está me pagando, coisa nenhuma, porque aí é que entra outra distorção da realidade que existe. E daquilo, que o Estado não é propriedade do PDS, como não foi propriedade da Arena ontem. Aí é que existe o grande desvio, porque Governadores existiram e diziam o seguinte: Na cidade deste Prefeito não se fará nem casa popular, nem saneamento básico, nem nada, porque ele foi eleito pela Oposição. O Estado não é propriedade; a coisa pública não é propriedade do PDS, não é e não será!

Esta interpretação errônea, distorcida, inverídica. E nós precisamos em todas as oportunidades deixar isso bem claro.

No meu entendimento, Sr. Presidente, permita-me dizer, nós estamos vendo, na realidade, a classe política, se afundar num lamaçal — toda ela, a classe política —. Na realidade, os políticos estão desmoralizados perante a opinião pública.

Um novo pacto social tem que ser escrito neste País, Sr. Presidente, e um fórum apropriado, um fórum capaz de descrever um novo pacto social, respeitando as minorias das mulheres, dos negros, dos índios, respeitando todas as minorias, respeitando a vontade de toda a sociedade civil, e só poderá ser feita se, na realidade, houver a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, para se fazer o reencontro do Estado com a Nação.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o Projeto de Lei n.º 183/80. Os Srs. Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu.

Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei 183/80, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam o Projeto de Lei 183/80, queiram levantar-se.

27 Srs. Deputados aprovam; 16 Srs. Deputados rejeitam. **Aprovado**

A Mesa, quebrando uma norma adotada durante quase dois anos nesta Casa, se compromete com os Srs. Deputados, a gestionar junto ao Sr. Governador do Estado, a fim de se evitar convocações extraordinárias.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 184/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Goven. n.º 86/80), que altera o art. 4.º e seu parágrafo único da Lei n.º 5.992, de 2 de setembro de 1.969, para dar nova redação à Tabela B, que faz parte da Lei n.º 4.975 de 2 de dezembro de 1.964. (Regime de aposentadoria e pensões dos Serventuários da Justiça do Estado). Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Talvez, contrariando o pensamento de amigos nossos, mas, vejo-me obrigado a fazer o encaminhamento desta matéria, porque pretendo, Sr. Presidente, no mês de março, voltar ao assunto, porque, verificando o encaminhamento desta Mensagem, em que faz uma exposição de motivos, e diz que, atendendo uma antiga "reivindicação da classe dos serventuários da justiça, encaminha a presente mensagem, alterando o artigo 4.º da Lei 5.992".

Mas, Sr. Presidente, esta Mensagem, se não tivesse vindo, não haveria, praticamente, alteração nenhuma, na situação dos serventuários inativos porque, com o que recebem hoje os serventuários, acrescido 70% prometido pelo Governo, a partir de janeiro, iria alcançar quase que o mesmo valor da mensagem encaminhada.

Quando fui ouvido com referência ao encaminhamento desta Mensagem, e que tinha um projeto meu que sugeria que fosse transformado em sugestão, com 2 tabelas: uma dos atuais serventuários em atividade, que deveriam ter um prazo de carência e uma contribuição; e dos inativos.

Achei que estava boa esta tabela, encaminhada, prevenindo a aprovação no corrente exercício de 1.980, e que seria acrescentado em 1.981, os 70% prometidos sobre a tabela.

Vou votar, Sr. Presidente, favoravelmente, à Mensagem encaminhada, mas, não atende aquilo que pretendem os serventuários, e esperamos voltar a apelar ao Sr. Governador do Estado, para que reveja, e, no mês de março, possa encaminhar uma Mensagem, criando novas carreiras, a fim de dar melhor aposentadoria ao serventuário da justiça, com uma melhor remuneração.

É só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, neste encaminhamento de votação, declarar que vou me abster de votar. Abstenho-me porque sou Serventuário da Justiça e como tal me considero — não neste momento — um Deputado, porque o projeto vai de encontro aos interesses diretos à minha classe, aos meus colegas e mesmo porque ele não atende em nada à classe dos Serventuários da Justiça do Paraná.

Por essa razão, abstenho-me de votar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao longo desses exaustivos anos que temos servido esta Casa, apresentamos, em várias oportunidades, ponderações aos governos que se sucederam. E realmente disse muito bem o Deputado Gilberto Carvalho, a Mensagem do Governo não exaure a pretensão do Serventuário da Justiça.

Oferecemos, em várias oportunidades, fórmulas para que o Governo, inclusive, ajustasse o Tesouro do Estado às necessidades das pensões e aposentadorias dos Serventuários da Justiça.

É inegável, Sr. Presidente, que, com esta Mensagem, deu um salto de uns dois milímetros a pretensão dos Serventuários da Justiça.

Mas, como vivemos num estágio de conta-gotas, de concessões, do arbítrio em todas as matérias de natureza social, realmente dá a entender que esta pequena e minguada concessão representa a grandeza de um objeto visto pela luneta.

Acontece que o Serventuário da Justiça está do lado oposto dessa luneta que o Governo enxerga. E é exatamente neste ponto que quero declarar a minha incompreensão face à insensibilidade do Governo. E inclusive tramita, aqui nesta Assembléia e em seguida iremos apreciar em discussão e votação, o problema da taxa judiciária.

Quantas vezes fomos à tribuna, requerer, solicitar junto ao Governo, por dever constitucional é dele que deve partir a iniciativa de remeter a esta Casa, uma reestruturação de todas essas problemáticas existentes no Estado.

Então, Sr. Presidente, embora reconheça que ainda está muito longe de se começar a satisfazer a pretensão e o direito do Serventuário da Justiça, havemos de votar favoravelmente. É a última forma de se aceitar essa condição. Porque, não aceitá-la seria até odioso. Mas, o Governo está elaborando com a maior injustiça para com o serventuário e, principalmente, com os inativos.

Por esta razão, Sr. Presidente, vou votar favoravelmente, independente da orientação de minha bancada que, não sei qual é, mas acredito que votará favoravelmente.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 185/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 88/80), que altera a redação do art. 87, da Lei Complementar n.º 3, de 14 de maio de 1.974 e adota outras disposições pertinentes ao regime de vantagens dos integrantes do QUADRO DE PESSOAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 89/80), que altera dispositivos da Lei n.º 6.417, (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado do Paraná) e adota outras providências conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **COM EMENDA DE PLENÁRIO.**

Em votação a Emenda de Plenário. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/80, de auto-

ria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 90/80), que objetiva atualizar o valor da cobrança da Taxa Judiciária conforme específica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emenda n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, devidamente apoiada. (Lê)

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao Projeto de Lei n.º 187/80

Art. 1.º — Ressalvada as isenções a taxa judiciária a que se refere o Decreto-Lei n.º 962 de 23 de abril de 1.932 será calculada e cobrada mediante a aplicação da alíquota de 60% (sessenta por cento) sobre a Unidade-Padrão Fiscal do Paraná, estabelecida e atualizada conforme o Art. 3.º da Lei 7.257 de 30/11/79.

Parágrafo Único — Quando o feito ou processo que tiver ingresso na Justiça Estadual representar valor inestimável ou equivalente a até 200 (duzentas) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN), a Taxa Judiciária será paga com a redução de 80% (oitenta por cento), desprezadas as frações de Cr\$ 10,00 (dez cruzeiros).

Art. 2.º — Ficam revogados o Art. 4.º e as demais disposições em contrário do Decreto-Lei n.º 962 de 23 de abril de 1.932 e o Art. 17 da Lei n.º 2.907 de 15 de outubro de 1.956.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.980

a) Erondy Silvério.

Apoioamento de diversos Srs. Deputados.

JUSTIFICATIVA:

Com a presente Emenda Substitutiva queremos compatibilizar a majoração da Taxa Judiciária a níveis mais razoáveis com a atual conjuntura financeira que atravessamos. Atualmente o valor cobrado é irrisório e insignificante. Com esse objetivo, estamos reduzindo a alíquota proposta na Mensagem Governamental, de 70% (setenta por cento), para 60% (sessenta por cento) sobre a Unidade Padrão Fiscal do Paraná, o que resultará na cobrança de um valor uniforme de Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos cruzeiros). Para as Ações de valor inestimável ou de pequeno valor, assim considerados, as que não excedam a Cr\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) aproximadamente, estamos propondo uma redução maior do que o constante do Projeto original, elevando-se de 65% (sessenta e cinco por cento) para 80% (oitenta por cento) o que resultará num pagamento de Cr\$ 520,00 (quinhentos e vinte cruzeiros).

Queremos também, nesta justificativa, aduzir algumas considerações sobre a desatualização com que vigora atualmente a Taxa Judiciária em nosso Estado.

A Taxa Judiciária registrou a sua existência no Paraná em alguns diplomas historicamente marcantes, tais como a Lei n.º 2.188 de 19 de março de 1.923 e o Decreto n.º 926 de 23 de abril de 1.932, do Interventor Manoel Ribas, ambos ainda em vigor.

Com plena eficácia dispõem ainda sobre a Taxa o art. 17 da Lei n.º 2.907, de 15 de outubro de 1.956 e § 2.º do Art. 1.º da Lei n.º 9 de 18 de fevereiro de 1.959, que isenta do pagamento desse tributo os processos de ação popular.

O Art. 17 da Lei n.º 2.907/56, acima referida, tem a seguinte redação:

“Art. 17 — A taxa judiciária a que se refere o decreto lei n.º 962 de 23 de abril de 1.932 será paga progressivamente, na base de 3% (três por cento), calculados sobre o valor da ação até 100.000,00 (cem mil cruzeiros), sendo reduzida para 2% (dois por cento) em relação ao que exceder desse valor, até a importância de 300.000,00 (trezentos mil

cruzeiros) para 1% (hum por cento) ao que exceder desse valor até 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) com o limite máximo de 10.000,00 (dez mil cruzeiros) de taxa, seja qual for o valor da ação economicamente inestimável, a taxa será de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros)".

Essa alteração, introduzida com a Lei n.º 2.907/56, tornou-se evidentemente defasada com o advento do Decreto Federal n.º 60.190 de 08.02.67, que regulamentou o Decreto Lei n.º 1, de 13.11.65, (A Resolução n.º 47, expedida na época pelo Banco Central da República também tratou da matéria veiculada nessa legislação), pois, segundo os seus preceitos, a partir de 13 de fevereiro de 1.967, foi instaurado um novo sistema monetário brasileiro, em que a sua unidade passou a denominar-se "Cruzeiro Novo", equivalente a 1.000 (mil) cruzeiros antigos.

A partir de 15 de maio de 1.970 a unidade do sistema monetário brasileiro passou a denominar-se Cruzeiro (Lei Federal n.º 5.595 de 31.12.74 e Resolução n.º 144 de 31.03.70 do Banco Central), sem contudo em relação direta à Taxa Estadual, amenizar a defazagem causada pelo impacto da modificação monetária anterior - (1.967).

Rever, portanto, os valores da taxa judiciária é um imperativo a que se não pode fugir, mesmo por que a receita por ela arrecadada, conforme já manifestação do Executivo em várias oportunidades, virá como suprimento financeiro para fomentar programas governamentais de construção de Foruns nas Comarcas e especialmente o Forum de nossa Capital, tão ansiosamente apregoado e carente de melhores e mais dignas instalações de funcionamento.

Cumpra também ressaltar que a Taxa Judiciária cobrada em oubros Estado é de valor bem mais elevado da que ora é proposta.

EMENDA N.º 2

Ao Projeto de Lei n.º 187/80

Art. 1.º - Ressalvadas as isenções, a Taxa Judiciária de que trata o Decreto-Lei n.º 962, de 23 de abril de 1.932, será calculada e cobrada mediante a seguinte tabela:

Até o valor 250 (duzentos e cinquenta) UPFPR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná), a taxa de 0,001% (um milésimo por cento) do valor da ação, dispensadas as frações de cruzeiro;

Até 1.000 (mil) UPFPR, na forma anterior para os primeiros 250 (duzentos e cinquenta), mais 1/2 (meio) por cento de milésimo, para os restantes;

Até 10.000 (dez mil) UPFPR, na forma anterior para os primeiros 1.000 (mil), mais 0,0001% (um décimo-milésimo por cento) para os restantes.

§ 1.º - Para as ações de valor inestimável, a Taxa Judiciária nunca será inferior a 10% (dez por cento) da UPFPR.

§ 2.º - Em qualquer caso, o valor mínimo da Taxa Judiciária nunca será inferior a 3% (três por cento) da UPFPR.

Art. 2.º - Ficam revogados o art. 4 e as demais disposições em contrário do Decreto-Lei 962, de 23 de abril de 1.932 e o art. n.º 17 da Lei n.º 2.907, de 15 de outubro de 1.956.

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1.981.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 1.980

a) Nilso Sguarezi.

APOIAMENTO: Fidelcino Tolentino, Nelson Friedrich, Carlos Zanlorenzi, Fiori Luiz, Waldyr Pugliesi e Edilson Alencar.

O SR. NILSO SGUAREZI - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente.

Gostaria que Sua Excelência esclarecesse à Casa. Há três emendas sobre esse projeto e uma exclui a outra. As três é que tratam de fixar nova tabela sobre a taxa judiciária. Então eu como autor de uma das emendas, gostaria de ter oportunidade de discutir a minha emenda. No momento em que Vossa Excelência colocar em votação a emenda do Deputado Erondy Silvério, data vênha entendo eu de que haverá um conflito com as outras emendas que são conflitantes.

Então no meu entendimento, acredito que as emendas devam ser, primeiramente discutidas para, posteriormente, serem votadas, inclusive a fim de que a Casa se posicione, porque cada uma das emendas trata de assuntos de situações e posições diametralmente opostas.

O SR. PRESIDENTE - ((Fabiano Braga Côrtes) A Mesa colocará em votação o projeto e as emendas primeiramente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - Sr. Presidente, pela ordem, antes que passe a oportunidade, já que está em regime de votação, peço a Vossa Excelência, e já estou fazendo o requerimento, de preferência de votação na emenda do Deputado Nilso Sguarezi. Encaminha à Mesa o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Permito-me sugerir a Vossa Excelência, que coloque em discussão o projeto e posteriormente à discussão do projeto, votaremos as emendas apresentadas, tanto a do nobre Deputado Nilso Sguarezi, quanto a da Bancada do PDS, subscrita em primeiro lugar pelo Deputado Líder Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, não tive oportunidade, antes de Vossa Excelência conceder a palavra pela ordem ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, para solicitar a Vossa Excelência que ao anunciar a emenda, anuncie como de autoria da Bancada do PDS, porque a emenda, na realidade, não é de minha autoria. Foi um trabalho exaustivo que teve o nobre Deputado Luiz Alberto, da tarde de ontem para hoje, para acertar uma forma e uma fórmula de melhorar a redação da mensagem governamental.

Portanto, a emenda é de autoria da Bancada do PDS.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Em votação a Emenda Substitutiva n.º 1.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Sr. Presidente, eu entendo de que a Casa tem direito a discutir o projeto e as emendas. Na atitude de Vossa Excelência de colocar em votação as emendas, impede praticamente a discussão do assunto. Eu entendo que o projeto deva ser colocado em discussão para, posteriormente, a votação das emendas. Aliás, foi

o requerimento do Deputado Luiz Alberto. Vamos votar sem discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa informa ao nobre Deputado que está em discussão o projeto e as emendas.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, faço um apelo a Vossa Excelência, pela ordem:

Encaminhei à Mesa um requerimento, já está subscrito, foi uma questão de apenas colocá-lo no papel, de preferência de votação...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa não recebeu o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu pedi a Vossa Excelência verbalmente: e estava fazendo. Eu não tinha condição de colocá-lo no papel, de preferência de votação. Porque...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa não recebeu o requerimento do nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Eu pedi a Vossa Excelência verbalmente, estava fazendo, não tinha condições de...

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa não tinha condições de suspender a sessão para aguardar o requerimento de Vossa Excelência. Vossa Excelência encaminhe o requerimento à Mesa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Está na minha mão, é só o prazo de chegar à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Pela ordem concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Já que existem duas emendas e uma emenda sendo aliás, 3 emendas e uma delas é do Deputado Nilso Sguarezi, então eu requeiro a Vossa Excelência a retirada da emenda que foi subscrita por mim.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu e atendendo solicitação do nobre Deputado, retira a sua emenda do referido projeto.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ainda há pouco, em diálogo com o eminente Deputado Luiz Alberto, nos propunha ele de que formássemos para o próximo ano legislativo, uma comissão interpartidária, afim de apreciar com mais vagar e com a calma necessária, esse assunto complexo da taxa judiciária.

É evidente, Sr. Presidente, de que nós estamos sem tempo hábil para destinar a esse assunto. Várias mensagens, todas elas complexas, exigem dos Srs. Deputados, um tratamento mais acurado e essa taxa judiciária é uma delas. Quero entrar primeiro em alguns aspectos que realmente mostram, mas com clareza nos mostram, de que estamos tratando o assunto de afogadilho.

A Mensagem do Governo chegou no dia 15 na Casa. Ora, a própria Mensagem do Governo, vem acompanhada de uma exposição de motivos do Sr. Secretário da Fazenda, datada de 20 de outubro. Ora, Sr. Presidente, em 20 de outubro chegou na Casa Civil esta matéria, e para vir à Assembléia Legislativa passou-se novembro e passou-se 15 dias de dezembro, ou seja, passaram-se 60 dias dormindo o processo na Casa Civil, para vir à Assembléia exatamente no dia 15 de dezembro. Este é o primeiro aspecto.

Mas, a Procuradoria do Estado, que foi encarregada pelo Governo para elaborar os estudos da taxa judiciária, muito antes de outubro, fez estudos acurados para que se tivesse uma nova elaboração, um novo conceito da taxa judiciária. Eu tenho em mãos justificativa ampla, minuciosa, detalhada e bem como, um anteprojeto de lei que dá conceito que reestrutura por inteiro o conceito da taxa judiciária. Um anteprojeto elaborado em 11 artigos de lei, em que se especifica inclusive a maneira de pagamento da taxa, quais ações deveriam ser isentas, a obrigação dos magistrados em fiscalizar os processos, enfim, um estudo acurado e que preconizava, veja bem Vossa Excelência, que a Procuradoria do Estado, os homens afeitos a esse metier, advogados militantes, pessoas de confiança do Governo e do Estado entenderam que a taxa judiciária deveria atender ao princípio do escalonamento, o da progressividade.

Neste anteprojeto que não foi acatado pela Secretaria de Finanças do Estado, e só para ficar registrado, que se preste justiça inclusive aos Srs. Procuradores, o artigo 3.º dizia o seguinte: "As alíquotas da taxa judiciária proporcionais à base de cálculo serão aplicadas de acordo com a seguinte tabela — Até duas unidades padrão fiscal — Isento; Acima de duas unidades, até 25 unidades, ou seja aproximadamente 10 a 100 mil cruzeiros, 10% da unidade padrão fiscal, ou sejam 420 cruzeiros; Acima de 25 unidades, a 70, 15%; Casos de valor inestimável, 15% da unidade padrão fiscal; Acima de 70 unidades até 120, 20% da unidade padrão fiscal; Acima de 120 até 250, 30% e acima de 250, 40% da unidade padrão".

Então se entendeu de que deveria inclusive para atender os fins sociais tão necessários hoje em dia, de que essa taxa deveria ser progressiva. Lamentavelmente o Sr. Secretário das Finanças preferiu optar por outra maneira. E a maneira foi totalmente infeliz. Tão infeliz, de que quando chegou nesta Casa deu verdadeiramente motivação suficiente para que a própria bancada do Governo se movimentasse e elaborasse emendas, como a apresentada pelo Deputado Erondy Silvério, que reduz drasticamente os valores preconizados pelo Sr. Secretário da Fazenda.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Apenas após terminar essa explanação, para depois entrar nos valores, eu concederei o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas, exatamente é no introito que eu gostaria de fazer um aparte a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Então eu concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Só para caracterizar Vossa Excelência que não são só os Deputados do Partido do Governo que se socorrem das informações dos órgãos oficiais. Vossa Excelência mesmo traz a informação da Procuradoria do Estado, que é um órgão oficial.

E em segundo lugar, para demonstrar que não somente a bancada do partido de Vossa Excelência tem preocupação

na atualização da taxa judiciária, mas também a Bancada do PDS.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, mas Vossa Excelência, temos tido a satisfação de tratar deste assunto com detalhes. Mesmo porque é de minha autoria um projeto que Vossa Excelência é Relator, que visa estender aos advogados militantes do Estado do Paraná a remuneração justa ao trabalho dativo que vem sendo exercido no Paraná e que infelizmente o Estado até hoje não conheceu.

E quando aqui presente o Sr. Procurador do Estado, o Dr. Ivan Righ, na discussão que tivemos na Comissão, de ambos os partidos levantou-se a hipótese de os recursos poderiam ser obtidos até através de um reajuste da taxa judiciária.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência não desconhece o porquê o assunto até hoje não foi trazido ao Plenário, até porque conhece muito bem a Constituição.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado, eu não quero entrar neste detalhe do meu processo, do meu projeto, e não entenda Vossa Excelência que eu queira aqui por meios indiretos fazer uma crítica a Vossa Excelência. Longe disso! Eu acho que as matérias complexas devem ser estudadas devidamente, com a acuidade devida. Eu estou dizendo tudo isso para dizer de que agora aqui estamos tratando uma matéria de afogadilho. Tudo isso que eu disse e que Vossa Excelência corrobora é para dizer...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Eu quero testemunhar a Casa que para mim sempre é um renovado prazer ter oportunidade de dialogar com Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas então, Sr. Presidente, a proposta do Executivo foi vulnerada por inteiro. Realmente não se pode conceber de que para proposição de uma ação de 10 mil cruzeiros, tenha que ser recolhida uma taxa de mil e 063 cruzeiros. Para uma ação de 71 mil cruzeiros, tenha que ser recolhida uma taxa judiciária de 3 mil, 083 cruzeiros.

Esta proposta é inconcebível que seja feita por um Sr. Secretário de Estado.

O Sr. Fidelino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Vossa Excelência se refere ao Secretário de Finanças, em relação a isto tenho que falar novamente do regime.

O regime só se preocupa em arrecadar. Penitencio-me de ter feito vários pronunciamentos a respeito do problema de taxa judiciária, aqui desta tribuna. E penitencio, porque alertei, entre outros Deputados, o Governo da possibilidade de lançar mão de mais um recurso para carrear dinheiro para os cofres do Estado.

É nesta questão que dou o meu lamento. Porque o Governo não se preocupa — parece-me e é um pensamento pessoal, com o problema de outra natureza, de natureza social por exemplo.

Quando levantávamos a questão taxa judiciária, um dos pontos preponderantes é que ela, evidentemente, não se ajusta ao processo inflacionário. Não se ajusta ao preço das coisas, dos serviços oferecidos em todas as esferas. Uma taxa judiciária de 10 cruzeiros é absolutamente inconcebível. E se basear numa lei, que depois veio reajustando desde 1.932, também é absolutamente inconsequente.

Agora, que o Secretário de Estado lance mão desta taxa judiciária... e sabemos que ela está destinada a servir à Associação dos Magistrados do Paraná — não tenho absolutamente nada contra nenhum dos Srs. Magistrados e nem com a classe

da Magistratura, muito pelo contrário, agora, a destinação desta verba é de se questionar também. Além do preço absurdo, do ajustamento inadequado, inoportuno, voltado unicamente para enriquecer o Tesouro, ela não satisfaz o aspecto social. Inclusive não se ajusta ao conceito de taxa. Taxa é destinada a cobrir uma prestação de serviço, de obra, que se faça a nível de Poder Executivo.

De que maneira vamos entender a proposta do Governo, a Mensagem do Governo, de que a taxa mínima seja 900 e tantos cruzeiros, por ingresso de ação judicial, isto é absolutamente inconsequente, é declarar desconhecimento da matéria pertinente à Judicatura. Isto não é possível, aceitar. Em nenhum Parlamento é possível aceitar uma taxa desta natureza.

Por esta razão acudiu, não suficientemente — no meu entender, é proposta que faz a Bancada do PDS. Aquela que Vossa Excelência apresenta vem, no meu entender, ajustar não só a pretensão do Estado, e me parece que vai o Estado arrecadar até mais do que pretende pela sua Mensagem, vai evitar fugas, vai evitar inclusive a corrida para as Delegacias de Polícia, para buscar documentos frios para entrar na Justiça com o benefício da Justiça gratuita.

Isto é desconhecer o problema social. Permita-me dizer com esta liberdade. Assiste inteira razão a Vossa Excelência no projeto que faz e acho que é matéria altamente judiciosa, discutível e de alta indagação. Porque esta razão é que eu reclamo muitas vezes, que o Governo aproveita-se desses expedientes. Do afogadilho, veja Vossa Excelência e outra coisa, outra coisa que eu quero deixar mais uma vez registrado. Projetos, de grande interesse, de repercussão social, principalmente de matéria financeira, os que tratam de matéria tributária e de vencimentos de funcionários públicos, dificilmente a Oposição pega para fazer parecer.

Veja Vossa Excelência que dessas 12 matérias que estão sendo examinadas pela Assembléia, dos 12 projetos de relevância, apenas dois a Oposição deu parecer. 10 foram dados pareceres, por eminentes Deputados da Situação, do PDS.

Então, Deputado Nilso Sguarezi, é preciso que a Assembléia registre esses fatos, para que o historiador do futuro possa ter base, não na imprensa, garroteada pelo regime vigente, mas nos fatos, nas discussões, nos debates do Parlamento.

É esse o aparte que eu queria oferecer a Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Eu tenho em mão então, com a retirada da emenda do Deputado Lineu Turra, as duas emendas propostas.

A emenda proposta pela Bancada do PDS fixa num mínimo de 520 cruzeiros, a taxa judiciária, para as ações, até 200 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional. O que seria na ordem de 140 mil cruzeiros, aproximadamente. Então, até 140 mil cruzeiros, incidiria uma taxa de 520 cruzeiros. Acima desse valor, incidiria a taxa de 60% da unidade padrão fiscal, ou seja, em cruzeiros, por volta de 2.600, 2.800 cruzeiros.

Então se estabelece apenas dois valores, um mínimo de 520, até ações de valor de 140 mil cruzeiros e um máximo de 2.800 cruzeiros, para as ações acima de 140 mil cruzeiros.

A nossa proposta é progressiva.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Permita-me fazer alguns reparos? (Assentimento)

Porque Vossa Excelência quando expôs a proposta da emenda, talvez não tenha analisado todos os ângulos da emenda proposta. Vamos repetir o que diz aqui a Mensagem original.

A Mensagem original estabelecia um valor de hum mil e sessenta e três cruzeiros, como valor mínimo; fixou-se a taxa, na Mensagem Governamental, originária, de três mil e oitenta e três cruzeiros. E criou-se um mecanismo de desconto de tal forma, que a taxa seria fixada nos valores mínimos, em hum mil, trinta e três cruzeiros. De zero a setenta mil, valores da ORTN.

Com a emenda proposta, nós estamos aumentando o desconto da ORTN, de zero a até dois mil ORTN. Estabelecendo um valor da taxa judiciária estadual, em duzentas obrigações. Em termos de dois mil e seiscentos cruzeiros, desprezadas frações.

Dois mil e seiscentos cruzeiros é o valor porposto na emenda substitutiva que apresentamos. E com descontos, para chegar a quinhentos e vinte cruzeiros, como valor mínimo.

E Vossa Excelência, não desconhece, como advogado que é, as isenções para a Justiça gratuita.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu estava dizendo das diferenças entre as emendas.

Evidente que se eu tratar apenas em cruzeiros e não tratar pela nomenclatura usada na emenda, devo dizer o seguinte, que Vossa Excelência aumentou o mínimo de setenta mil que a Mensagem propunha, para cento e quarenta. E reduziu de três mil, para dois mil, oitenta e oito; e de hum mil, trinta e três para quinhentos e vinte cruzeiros. Em números absolutos, essa a emenda de Vossa Excelência, Ou seja, praticamente reduz em cinquenta por cento a taxa e aumenta em cem por cento o valor limite mínimo.

A nossa emenda, ela começa a fixar um mínimo de taxa judiciária, que seria na ordem de três por cento da unidade padrão fiscal, ou seja, cento e trinta cruzeiros.

Toda a ação, de qualquer valor, ela estaria incidindo uma taxa de cento e trinta cruzeiros. Para as ações até duzentos e cinquenta unidades padrão fiscal, ou seja, por volta de um milhão de cruzeiros, nós atribuímos uma taxa de um milésimo por cento do valor da ação.

Assim, uma ação de hum milhão de cruzeiros, pagaria mil cruzeiros de taxa judiciária; uma ação de quinhentos mil cruzeiros, pagaria quinhentos cruzeiros; uma ação de setecentos e oitenta mil cruzeiros, pagaria setecentos e oitenta cruzeiros.

Entendo que o critério da proporcionalidade é o mais coerente, e o que atende mais socialmente, porque apenas para analisar um aspecto; uma ação de cento e quarenta mil cruzeiros, na proposta da emenda da Bancada do PDS, incidiria uma taxa de quinhentos e vinte cruzeiros; uma ação de cento e quarenta e um mil cruzeiros, incidiria uma taxa de dois mil e oitocentos cruzeiros.

Então, não há o critério da proporcionalidade, e isso aí fará na prática, com que as ações de valor aproximado, sempre sejam atribuídas para o mínimo, ao passo que, estabelecendo um critério...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência permite só um aparte?

É que Vossa Excelência falou que, na prática, vai ocorrer isso.

Vossa Excelência me diga como na prática, no exercício forense do dia-a-dia, será possível aplicar a tabela constante da emenda de Vossa Excelência e Vossa Excelência me cite um exemplo de tabela, semelhante, que Vossa Excelência propõe, em qualquer nível de taxas de serviço público, com exceção do imposto de renda.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vou tentar responder a Vossa Excelência, com a experiência que tenho como advo-

gado militante.

A experiência de dez anos atrás, ainda, quando dez cruzeiros era dinheiro, procurava-se sempre atribuir um valor, a fim de que ele se encaixasse num determinado valor de que a pessoa queria dar, porque na tabela ou é um valor ou é outro.

Então, aqui, como são valores fixos, todo mundo vai procurar dar um valor à sua ação, no mínimo, ao passo em que, no critério da proporcionalidade, veja bem Vossa Excelência, uma ação de uma diferença até de quinhentos mil cruzeiros, importaria apenas uma diferença de quinhentos cruzeiros, e não na de Vossa Excelência, que importaria em dois mil e trezentos cruzeiros.

Então, a parte teria até mais liberdade para se aproximar do valor real, porque ela não estará pressionada a esse tipo praticamente bitolado que aí está. Ou um, ou outro. Não há opção para enquadramento de valor de uma ação. Ou é o mínimo, ou é o máximo.

Então, o critério da proporcionalidade, nós entendemos de que, inclusive a própria parte, terá mais liberalidade, mais opção de fixar o seu valor.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas, na prática, Vossa Excelência não me citou um exemplo que funcione no Brasil, conhecido na administração pública nacional.

O SR. NILSO SGUAREZI — Mas, na prática, estou dizendo a

Vossa Excelência, se a ação for de cento e cinquenta mil cruzeiros, na prática todo advogado fará o valor de cento e trinta e nove ou cento e quarenta, para incidir na taxa mínima, porque dez mil cruzeiros não importa muito no valor da ação, mas importará na taxa judiciária de dois mil e trezentos.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Em termos de "ad-valorem", concordo com Vossa Excelência. Mas, se Vossa Excelência fizer o raciocínio desse critério de proporcionalidade que Vossa Excelência propõe, eu creio que, na prática, será muito difícil de executar. Posso até, em tese, concordar com a idéia de Vossa Excelência. Mas, descreio, data vênica, da sua aplicabilidade.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deputado, nós estamos falando, evidentemente, em tese.

Vossa Excelência quer que eu diga "na prática". Fala-se na prática, em tese, mas é evidente que vai ocorrer isso. Na diferença da ação, o valor será de - veja Vossa Excelência -, cento e quarenta pagará quinhentos e vinte; cento e quarenta e um, no caso que ultrapassou as duzentas obrigações, duzentas e uma obrigações, ou seja, setecentos cruzeiros, nem mil, setecentos cruzeiros, dá um acréscimo no valor da causa, de dois mil e trezentos cruzeiros.

Então, realmente vai ocorrer isso na prática. Porque, na prática, há de se ter a experiência advocatícia, e esta experiência nós temos e estamos sentindo pelo verdadeiro grito que os advogados deram, quando souberam da proposta que veio para esta Casa.

Mas, vou dizer mais o seguinte: se a preocupação do Estado é arrecadar mais, a minha emenda - acredito - dará essa condição ao Estado. Porque, nas ações que ultrapassarem a um milhão de cruzeiros aumentamos a taxa. Aumentaríamos então. Até um milhão de cruzeiros a pessoa pagaria um milésimo por cento, isto é, mil cruzeiros. Até mil unidades padrão, ou seja quatro milhões e trezentos mil cruzeiros, incidiria, as primeiras duzentas e cinquenta unidades, aquele percentual de um milésimo por cento. E para o excedente, atribuímos mais meio milésimo por cento. Ou seja, numa ação de quatro milhões de cruzeiros, para os primeiros um milhão, pagaria mil cruzeiros; para os três restantes, pagaria meio por cento, ou seja, pagaria mais um mil e quinhentos cruzeiros.

Mas, sabemos que os valores das ações são bem acima de cinco milhões.

Há ações de valores verdadeiramente grandiosos.

Então, para as ações acima de dez mil unidades de padrão, ou seja acima de mil até dez mil unidades, ou seja, quatro milhões a quarenta e três milhões de cruzeiros é o limite que fixaríamos - pagaria para os primeiros quatro milhões, os dois mil e seiscentos fixados e para os restantes mais um décimo de milésimo.

Ou seja, para os trinta milhões restantes, pagaria mais três mil e seiscentos cruzeiros. Chegaria, assim, a um limite a taxa judiciária, de aproximadamente seis mil e quinhentos cruzeiros.

E quem sabe de que o porte e o valor dessas ações o Estado estaria tendo uma boa fonte de renda daí.

Então, a minha emenda atribui até mais valor do que a proposta do Sr. Secretário. Mas, para aquelas ações de alto valor. Porque é facilmente entendível de que uma pessoa que vai à Justiça para pleitear um direito da ordem de quarenta milhões de cruzeiros, seis mil cruzeiros é insignificante.

Agora, a discriminação está na pessoa que vai à Justiça, pela proposta da ilustre Bancada do PDS, numa ação de quarenta milhões de cruzeiros, pagará a mesma quantia do que uma que vá pleitear uma ação de cento e quarenta e um mil cruzeiros.

É de se preservar o mesmo sentido discriminatório que existe, hoje, na taxa de dez cruzeiros que só existe para o pobre.

Nem mais para o pobre dez cruzeiros importa.

Mas, vejamos Vossas Excelências, numa ação de dez cruzeiros, paga uma ação de dez cruzeiros, hoje. Uma ação de um trilhão de cruzeiros, paga dez cruzeiros!

A emenda do PDS não corrige essa distorção que só será possível corrigir com uma tabela progressiva.

Então, o que defendemos, na realidade, aqui, é o critério da progressividade, o que diferencia a minha emenda da do PDS é que esta fica no critério estanque: mínimo e máximo e nós procuramos dar o critério da proporcionalidade, buscando, evidentemente, os efeitos sociais da medida.

E é até difícil de dizer qual das duas dará maior arrecadação ao Estado.

Agora, o que na verdade vai se consubstanciar nesse critério do mínimo e do máximo, é a distorção existente hoje. A distorção fica preservada.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero concluir aqui as minhas razões, para dizer o seguinte: de que ao fixar um mínimo da taxa judiciária e, Cr\$ 130,00, nós buscamos até favorecer aos senhores advogados, quando se deparam em seus escritórios, com o problema da justiça gratuita. Os advogados militantes sabem bem disso, que hoje qualquer advogado preferirá pagar a taxa de Cr\$ 130,00 do que mandar o seu cliente às vezes esperar semanas e semanas para ir a uma delegacia de Polícia para pegar o Atestado de miserabilidade para ter a isenção da justiça, para ter a isenção da taxa judiciária.

Na prática vai se verificar isso e em síntese quem vai ganhar com isso é o Estado.

Agora, para pagar-se Cr\$ 520,00, acredito que deverá funcionar o expediente usado e vai se incrementar o uso desse expediente, porque Cr\$ 520,00 representam alguma coisa.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Parece-me que Vossa Excelência está colocando em discussão uma lei estabelecendo a taxa judiciária estadual, o que não se discute.

O que se discute aqui é a atualização da taxa judiciária e por isso propus a Vossa Excelência, de vez que Vossa Excelência conhece de que anos é de que formas foi feita a lei

da taxa judiciária do Paraná, que se fizesse no período normal de trabalho desta Casa, uma Comissão interpartidária para aí sim, estabelecer inclusive, o sentido social que Vossa Excelência defende e que é também preocupação nossa.

O que se está procurando estabelecer aqui é a atualização da taxa judiciária, porque acho que é ponto pacífico desta Casa, que a taxa judiciária deva ser atualizada.

Os valores, pode haver discordância, mas Vossa Excelência não procure dar à discussão, a amplitude do sentido de que nós estamos discutindo aqui uma nova lei de taxa judiciária estadual.

Propus a Vossa Excelência para que nós fizéssemos ao longo do próximo ano um trabalho exaustivo, comparando as outras leis de outros Estados porque Vossa Excelência desconhece que com esse valor de Cr\$ 520,00, nós ficaríamos bem abaixo do que cobra o Estado de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, do que cobra - eu diria - quase que a totalidade dos Estados brasileiros.

Creio que nós deveremos nos restringir ao valor da taxa. O critério e o sentido social que Vossa Excelência deseja aplicar à lei, só se nós conseguíssemos discutir a lei ou se nós fizéssemos uma proposta de lei completa e me proponho inclusive a discutir com Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência deve ter se equivocado na apreciação do meu entendimento. Não quero discutir porque inicialmente eu disse: o procurador elaborou, mas a proposta do Sr. Secretário foi uma proposta limitada, fixando um mínimo e um máximo, mas o que eu disse é que a minha emenda estabelece um critério de proporcionalidade e corrige os índices da taxa.

A de Vossa Excelência também corrige, mas o que faz por um outro critério.

Vejamos Vossa Excelência que hoje a taxa judiciária que está em vigor obedece ao critério da proporcionalidade, mas ocorre que a defasagem de tempo é que estabeleceu o limite máximo da taxa em Cr\$ 10,00.

Foi a defasagem de tempo.

É o critério da proporcionalidade.

A atual lei de 56, estabelece o critério da proporcionalidade, apenas fixou o limite em Cr\$ 10,00.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência, agora há pouco não condenou o afogadilho da análise dos projetos de lei nesta Casa.

Vossa Excelência não entende, que era o caso de se estabelecer uma Lei Orgânica para a taxa judiciária?

Descrevendo todos os aspectos e circunstâncias e todas as hipóteses de incidência inclusive?

Agora, Vossa Excelência sabe que isso é impossível de ser feito nesse espaço de tempo que nós temos. Na prática é isso que está ocorrendo.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeito, concordo com Vossa Excelência. Não há tempo.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Mas, para o próximo exercício fiscal de 81, nós precisamos estabelecer um novo valor da taxa, Vossa Excelência propõe uma emenda, que acho uma emenda louvável, louvo o trabalho de Vossa Excelência, a preocupação de Vossa Excelência mas gostaria, inclusive, de estudar esse critério de progressividade que Vossa Excelência apresenta.

Critério que volto a repetir, a mim me parece impossível ou quase impossível de aplicar na prática. Inclusive, com a Ordem dos Advogados do Paraná, com a Procuradoria do Estado, com o Ministério Público, de tal sorte que nós conseguíssemos, realmente, estabelecer uma Lei Orgânica de taxa

judiciária.

O SR. NILSO SGUAREZI — Nobre Deputado, é o entendimento de Vossa Excelência no entendimento da Procuradoria do Estado, é perfeitamente viável a proporcionalidade, tanto que no trabalho que eles elaboraram, estabeleceram o critério de proporcionalidade. E a parte interessada na taxa judiciária são os magistrados, eles fiscalizarão.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Tenho certeza, eminente Deputado, que a Procuradoria Geral do Estado no estudo que fez que não tenho conhecimento, infelizmente, provavelmente aborda outros aspectos.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a benevolência de Vossa Excelência em dialogar e trocar idéias e discutir a matéria.

É evidente que, só contribuições está trazendo para que os Srs. Deputados possam ter condições de se posicionar.

Eu, de antemão, sei de que minha emenda será rejeitada e de que será aprovada a emenda de Vossa Excelência.

Tenha Vossa Excelência presente de que, antes do projeto, eu fico com a emenda de Vossa Excelência, porque tem um caráter social bem mais amplo do que a proposta que era inconcebível.

Mas, vim trazer a minha emenda, exatamente para que a Casa não se dê por acomodada e por satisfeita, com esta emenda de Vossa Excelência que socorre nesta emergência.

É uma medida emergencial, mas, não é a medida ideal para ser adotada pelo Governo do Estado do Paraná.

Se vai ser arrecadada menos que outros estados, como Paraná, Santa Catarina e São Paulo, acho que isso é apenas um detalhe.

O fato importante, o fato gerador da taxa judiciária, tem que ter essa preocupação de não estabelecer discriminações.

E a emenda de Vossa Excelência não corrige isso. Apenas por isso que discordo com ela.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Acho que a vossa emenda trouxe uma contribuição muito grande à discussão.

Porque, com isso, o nobre Deputado Luiz Alberto faz "quorum" com os diversos Deputados que se pronunciaram hoje, de que realmente nós estamos vivendo sob pressão, estamos vivendo matéria que não estava na convocação inicial e, portanto, sem possibilidade alguma de discussão.

Quando o eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira pretende que no ano que vem se estude, há que se perguntar porque razão uma matéria desse nível, que já desde outubro havia um parecer da Procuradoria, porque veio de afogadilho para esta Assembléia.

O SR. NILSO SGUAREZI — ... do Sr. Secretário de Estado das Finanças.

O Sr. Deni Schwartz — O que há de se dizer, Sr. Deputado, e eu vou votar contra já, o projeto, porque o que há de se dizer é o seguinte: nós vivemos num País elitista, essa é a grande verdade. E os Srs. Deputados de todos os partidos têm compromissos com o eleitorado, e os tecnocratas têm medo disso.

Então, eles mandam de afogadilho, para passar despercebido na Assembléia, é essa a verdade, um projeto altamente elitista, porque Vossa Excelência disse muito bem, o mínimo a ser pago é muito alto, mas o máximo é muito baixo. É para proteger a elite, assim como é esse projeto que está aqui, que

vou discutir posteriormente, de dar um aumento camuflado, para aqueles que já ganham muito.

Quando há poucos dias, se quebrou lanças nesta Assembléia, para se dar um aumento mísero às professoras e aos funcionários públicos.

O que se quer, essa é a verdade, o Executivo é elitista, estão todos os projetos em pauta ou quase todos, beneficiando só os grandes.

Porque no momento em que chegou o do serventuário e do aposentado, foi o nobre Deputado Gilberto Carvalho que disse que ele não serve.

Então, veja, Sr. Deputado, acho que nós todos, essa Assembléia, deveria votar contra, porque não serve, porque é elitista, e deve ser discutido.

Não, porque tenha conhecimento de causa, mas que o nobre Deputado Luiz Alberto quis, que isso não serve, então, não vamos aprovar.

Não vamos aprovar todo ele, porque se admitirmos emendas, tanto a sua como a do Deputado Luiz Alberto, nós estamos admitindo que a discussão deste tipo de projeto, pode ser assim feito, e quero deixar claro nos Anais da Casa, nas coxas.

Era o aparte.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Sguarezi, tomo a liberdade de pedir mais esse aparte a Vossa Excelência, exatamente para dizer mais uma vez, e aí está declarado, está mais do que justificado, a preocupação do Executivo, de mandar matérias na calada da convocação extraordinária.

Sempre tive uma posição crítica contra este tipo de comportamento do Governo, não é de hoje que exponho esse meu ponto de vista.

No caso em pauta, Deputado, acho que apesar da pressa, nós poderíamos aperfeiçoar o projeto, mas a verdade é que se aplica sempre uma terapia homeopática para a gente sair, sair desta revolta que não se suporta mais, para se conceder um pouco menos daquilo que se pede.

O Parlamento não está exercendo o seu papel, o Parlamento está agachado, acanhado, está se escondendo, está se abaixando e mostrando a sua traseira, a verdade é esta.

O fato é que nós não temos tido coragem de colocar as leis ao alcance da sociedade, as leis não servem à sociedade, no sentido equitativo, justo, e ocorre que projetos desta natureza, precisam ser passados pelo Poder Executivo, para depois o Partido representado aqui, do Poder Executivo, altere da forma que o Executivo deseje.

A verdade é esta, eminente Deputado Luiz Alberto, com todo o respeito que Vossa Excelência me merece.

A verdade é que o Poder Executivo não permitiu que o avanço dado por Vossa Excelência fosse colocado neste projeto de emenda. E o fato é o seguinte: porque o Parlamento não se alevanta, com dignidade, com altivez para aperfeiçoar o processo legislativo, para ajustar as medidas que se tomam no Parlamento à sociedade.

Sabe-se de antemão que é injusta a mesma proposta colocada por Vossa Excelência, contanto ela desça um pouco mais à planície, não se ajusta à exigência da sociedade moderna, à situação econômica da sociedade, à situação financeira do homem comum, do homem povo, não se ajusta.

E por que nós, representantes deste mesmo povo não tenhamos a altivez de alterar?

Ora, está em discussão a matéria! Por que este Parlamento não toma a deliberação?

Porque é inconstitucional!

A matéria veio por iniciativa do Governo!

Nós temos condições, não só condições, obrigação institucional e constitucional de alterar o projeto, adequá-lo às

exigências atuais do momento atual.

Por isso entendo, Deputado Sguarezi, discordando em parte da posição da emenda colocada pelo Deputado Luiz Alberto, exatamente porque não confere com justiça e com justeza a aspiração da classe dos advogados, do Fórum de um modo geral.

Porque quem milita na profissão, na advocacia, percebe no dia-a-dia que se colocar o mínimo de quinhentos e vinte cruzeiros, vai haver uma fuga.

Já a Justiça não satisfaz, não satisfaz aos jurisdicionados.

Ainda mais com essas colocações, como bem disse o Deputado Deni Schwartz, elitista, foge mais ainda.

E ocorre que nesses dias, usando as regalias constitucionais ou institucionais que tem o Governo da República, expediu um Decreto eximindo de inventário, do ponto de vista social ele tem uma respeitabilidade, dos inventários.

Mas já tinha no processo civil o sistema de arrolamento.

Então, excluiu da apreciação do Poder Judiciário determinadas fórmulas que existia antes no processo.

Por essa razão, entendo o seguinte: o Parlamento deve aperfeiçoar, mesmo de afogadilho, ainda que seja para se trabalhar dia e noite, temos que ter a altivez de completar este ciclo do processo legislativo.

Agradeço a Vossa Excelência pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa comunica ao nobre Deputado Nilso Sguarezi que restam apenas dois minutos para concluir sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu devo dizer que de minha parte eu concordo, restam 18, restam 12 dias, 10 dias, e nós poderemos perfeitamente ouvir a Ordem dos Advogados, a OAB, e até o próprio Poder Judiciário sobre a matéria.

Há tempo suficiente, se for o entendimento de quem na prática pode realmente fazer isso aqui dentro, que é a ilustre Bancada do PDS.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Continua em discussão o projeto e respectivas emendas.
Encerrada a discussão. Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — 41 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" e prossegue-se a sessão normalmente.
Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar) — Por considerar altamente elitista o espírito desta lei e sem tempo para a devida apreciação, declaro o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Sobre a mesa, requerimento do Deputado Fidelcino Tolentino que requer

preferência de votação à emenda do Deputado Nilso Sguarezi, que trata da taxa judiciária ao Projeto de Lei n.º 172/80. Em votação o requerimento. — Rejeitado.

O SR. DARCY DEITOS (Pela ordem) — Solicito a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

15 Srs. Deputados o aprovam;

30 Srs. Deputados o rejeitam. — Rejeitado o requerimento.

Em votação a Emenda Substitutiva n.º 1, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério e demais membros da Bancada do PDS. — Aprovada.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Questão de ordem, Sr. Presidente.

Pediria verificação de votação e também que Vossa Excelência colocou primeiro as emendas?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Emenda Substitutiva tem preferência sobre o projeto, Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, era isto que queria.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Vossa Excelência requereu verificação de votação nesta matéria?

O SR. NELTON FRIEDRICH — É para encaminhar à votação. Somente para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — Concedo a palavra, Sr. Deputado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — O nosso objetivo, e sou rápido, é tão somente para, evidenciando que já há o aprimoramento nesta proposta substitutiva, nesta emenda, parece-me que estamos perdendo a oportunidade.

Já que se foi até uma certa parte deste rio entre Executivo e Legislativo, não atingimos a outra margem que seria, na verdade, diminuir o quanto mais possível a taxa judiciária, naqueles processos feitos de pequeno valor.

Entendemos assim porque ontem, quando levantávamos a questão - e acho que podemos nos considerar em parte já gratificados pela alteração, mas me parece, conforme inclusive conversa que tivemos pela manhã durante algum tempo com o Deputado Nilso Sguarezi, que é de importância termos um escalonamento para aplicação da taxa judiciária.

Para não ficarmos nesta dicotomia do máximo e do mínimo.

Porque insisto que assim mesmo, estes quinhentos cruzeiros que seriam a taxa mínima, significam, para a pequena e média empresa e para o cidadão comum, uma certa dificuldade.

Digo isso, não pela taxa em si, porque repito aqui, algumas coisas que disse ontem, mas pelo conjunto de despesas, que acarreta hoje um feito judicial.

Sr. Presidente, conhecendo como conhecemos esse meandro. Quando nós vemos, por exemplo, uma firma de pequeno porte, habituada a trabalhar com notas promissórias ou duplicatas, de oito, dez mil cruzeiros, num conjunto de vinte duplicatas de dez mil cruzeiros, que iria em juízo para cobrar duzentos mil cruzeiros, os Srs. computam taxa judiciária: somam-se os valores que se cobra hoje para uma diligência, dificilmente menos do que 1.000, 1.500 cruzeiros, por cum-

primento de mandato na comarca, no município; soma-se a isso o depósito prévio, com a prática que hoje já é comum, do depósito prévio, como também em todas as diligências aparecerem no processo sem os cálculos devidos, sem as restrições necessárias.

Ora, Sr. Presidente, quando vemos também o cidadão comum que vai cobrar qualquer débito, ou vai a juízo, reivindicar a sua justiça em questões às vezes, para nós aparentemente insignificantes, mas para ele decisiva no seu orçamento ou até no seu interesse, da Justiça, é difícil vê-lo desembolsar quinhentos cruzeiros, para depositar uma taxa antes dessa ação entrar em juízo. É a dificuldade hoje, do custo da atividade forense.

Por isso nós entendemos, em que pese a boa vontade dos subscritores da emenda substitutiva, Mas que nós precisávamos avançar e criarmos um valor aquém a este estipulado nesta emenda.

E por esta razão nós entendemos ser, ao menos por um determinado período, mais ajustada a proposta, a emenda do Deputado Nilso Sguarezi, porque permite este escalonamento, sem a dicotomia de mínimo e máximo.

Principalmente porque sentimos aqui, e queremos apoiar e também poder cobrar depois, a idéia do Deputado Luiz Alberto, no sentido de que se possa, fazer uma comissão; ou até que se consiga da Ordem dos Advogados do Brasil, na Seccional do Paraná, em conjunto com esta Casa, uma proposta mais clara, mais pertinente e que possa atender os interesses do advogado do cliente da advocacia, do cliente da justiça e de todo o quadro, quer do serventário, como do próprio Governo.

Por esta razão, mesmo elogiando esta posição, que já avançamos, mas entendemos a necessidade de nós irmos a outra margem, qual seja de encontrarmos o melhor denominador que seria faixas de pagamento da taxa judiciária.

Não vinga para nós o argumento de que outros Estados possam cobrar mais, sabemos disso.

Mas exatamente a má Justiça que existe no País; a péssima máquina administrativa da própria justiça, são os maiores argumentos para que nós pudéssemos quebrar de plano, as custas judiciais que são terríveis e que sobrecarregam qualquer pessoa que vai demandar na justiça.

Este o nosso entendimento. E esperamos que no próximo ano, possamos redimir e melhorar se a emenda do Deputado Nilso Sguarezi, que me parece agora mais oportuna e justa, não vingar nesse dia e sim a emenda substitutiva, proposta pela maioria.

Além do mais, Sr. Presidente, entendemos também que como se trata de um dispositivo definindo um tributo, há que se decidir, no exercício anterior à sua aplicação, por uma questão constitucional.

E por isso, em se atendendo essa idéia de uma comissão, para que um Governo e a OAB, e Deputados, se possa chegar à mais justa das taxas judiciárias a ser aplicada.

Era esta a nossa intervenção. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Buffara) — A Mesa, a fim de atender solicitação do Deputado Darcy Deitos, irá proceder a verificação de votação à Emenda n.º 1, do Deputado Erondy Silvério.

Os Srs. Deputados que aprovam a emenda do Deputado Erondy Silvério, da Bancada do PDS, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

21 Srs. Deputados a aprovam;

14 Srs. Deputados a rejeitam.

Aprovada a Emenda n.º 1, ficando prejudicada a de n.º 2, do Deputado Nilso Sguarezi, razão pela qual ela não será apreciada.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178/80, de autoria

do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que cria cargos de provimento em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.— Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 178/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, os seguintes cargos de provimento em Comissão:

1 (um) cargo de Coordenador Geral do Serviço de Segurança, Símbolo D.A.S. - 5;

1 (um) cargo de Coordenador Técnico da Mesa, Símbolo D.A.S. - 5;

1 (um) cargo de Assessor Técnico da Diretoria Geral, Símbolo 1-C;

2 (dois) cargos de Assistente de Cerimonial, Símbolo 6-C;

1 (um) cargo de Intérprete de Cerimonial, Símbolo 6-C;

Art. 2.º — Excetuados os cargos de Coordenador Geral de Cerimonial e Intérprete de Cerimonial, os cargos de que trata o artigo anterior são privativos de funcionários efetivos do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de dezembro de 1.980.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 178/80

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, cria cargos em comissão, destinados a dotar a administração de pessoal em posições de confiança, segundo as necessidades dos serviços.

A própria denominação dos cargos esclarece a sua finalidade e conseqüentemente a sua urgência.

O projeto está amparado na Constituição do Estado, inciso XVI, do art. 22, e formalmente se ajusta aos preceitos regimentais.

Opino pela aprovação.

Sala das Comissões, em 8 de dezembro de 1.980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente e Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 178/80

PARECER

O projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, visa criar cargos de provimento em Comissão, no Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, e dá outras providências.

Sobre a matéria já houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça favorável, analisando o seu aspecto legal e constitucional.

Com relação ao aspecto financeiro da matéria, objeto de análise por esta Comissão de Finanças, temos que nada impede que o projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 9 de dezembro de 1.980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO, Presidente;

AGUINALDO PEREIRA LIMA, Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/80, de

de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO E OUTROS, que altera os artigos do Regimento Interno da Assembléia Legislativa (Comissão Permanente). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.—

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1.º — O Art. 39 e seu parágrafo, do Regimento Interno, passam a ter a redação seguinte:

"Art. 39 — As Comissões Permanentes são nove:

I — Comissão Executiva;

II — Comissão de Constituição e Justiça;

III — Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas;

IV — Comissão de Agricultura, Terras, Ecologia e Meio Ambiente;

V — Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo;

VI — Comissão de Saúde e Bem-Estar Social e de Recursos Humanos e de Segurança Pública;

VII — Comissão de Indústria e Comércio, Obras Públicas, Transportes e Comunicações;

VIII — Comissão de Redação.

Parágrafo Único — As Comissões Permanentes compõem-se de sete (07) membros cada uma, salvo a Executiva, que será constituída pelo Presidente, 1.º e 2.º Secretários da Mesa, e a de Constituição e Justiça, que terá treze (13) membros.

Art. 2.º — O Art. 49, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 49 — À Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Tomada de Contas compete opinar sobre:

a) toda matéria orçamentária, especialmente as propostas de orçamento anual e plurianual remetidas pelo Governador;

b) matéria tributária;

c) empréstimos públicos;

d) quanto ao aspecto financeiro sobre todas as proposições, inclusive aquelas de competência de outras comissões;

e) sobre a fixação da remuneração dos Deputados, Governador e vice-Governador;

f) fiscalização financeira do Poder Executivo, inclusive da administração direta;

g) opinar sobre os atos do Tribunal de Contas, suas representações e solicitações, em caso de contrato, relativas à sustação da execução de atos impugnados, bem como autorização para registro de aposentadorias, reformas ou pensões no mesmo Tribunal;

h) as contas prestadas pelo Governador, após parecer do Tribunal de Contas, bem como sobre o relatório do exercício financeiro encerrado, elaborado no caso de não haverem sido organizados no prazo constitucional;

Art. 3.º — O Art. 50, do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 50 — À Comissão de Agricultura, Terras, Ecologia e Meio-Ambiente compete opinar sobre:

a) todos os assuntos respeitantes às atividades agrícolas, pecuárias etc.;

b) diretrizes da política fundiária, aproveitamento e colonização de terras devolutas, recuperação e utilização das terras inaproveitadas;

c) assuntos relacionados com a manutenção da ecologia e preservação do meio-ambiente.

Art. 4.º — O Art. 51, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 51 — À Comissão de Educação, Instrução Pública, Cultura e Esportes e Turismo, compete opinar sobre:

a) assuntos concernentes à instrução pública, particular, educacionais, culturais e esportivos;

b) matéria que diga respeito a turismo, atribuição de incentivos de qualquer natureza e concessão de serviços públicos referentes à exploração turística.

Art. 5.º — O Art. 52, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 52 — À Comissão de Saúde e Bem-Estar Social e de Recursos Humanos e de Segurança Pública compete opinar sobre:

a) todos os assuntos de saúde pública, higiene e assistência sanitária e bem-estar social;

b) todos os assuntos relacionados com as atividades de administração de pessoal, obtenção, manutenção e desenvolvimento de recursos humanos para a administração direta e autárquica.;

c) todos os assuntos referentes à Polícia Militar, à Polícia Civil, assim como sobre todas as questões que interessem à ordem e segurança pública.

Art. 6.º — O Art. 53, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 53 — À Comissão de Indústria e Comércio, Obras Públicas, Transportes e Comunicações compete opinar sobre:

a) assuntos relativos ao desenvolvimento econômico, comercial e industrial, concessão de incentivos;

b) questões relativas às obras e viação públicas e a concessão de construção, uso e gozo das mesmas.

Art. 7.º — O Art. 54, do Regimento Interno, passa a ter a redação seguinte:

"Art. 54 — À Comissão de Redação compete elaborar a redação final dos Projetos e Emendas, não atribuídas por este Regimento a outras Comissões Técnicas.

Art. 8.º — Ficam revogados os artigos 55, 56 e 57, do Regimento Interno e as Resoluções n.ºs 13/68, 21/75, 49/76, 109/79, 120/79 e 167/79 e demais disposições em contrário.

Art. 9.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27 de novembro de 1.980

a) Basílio Zanusso

APOIAMENTO:

Antônio Facci, Tadeu Lúcio Machado, Aguinaldo Pereira Lima e Gabriel Sampaio.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/80

PARECER

De autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso e outros, o presente Projeto de Resolução tem por finalidade dar nova Redação ao Art. 3.º, e seu parágrafo, do Regimento Interno, na forma como especifica.

A matéria tratada visa estabelecer nova composição referente ao número das comissões técnicas desta Casa.

Analisando-se a Proposição apresentada no seu aspecto regimental, legal e constitucional, sem nos ater sobre o seu mérito, temos que a mesma não fere qualquer dispositivo regimental, legal ou constitucional, razão pela qual o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1.980;

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

AIRTON CORDEIRO, Relator.

Em votação.

O SR. DENI SCHWARTZ (Para encaminhar) — Quero, já que estou votando contrariamente a tudo, votar a favor deste, principalmente pelo seguinte: porque há muito tempo se fala nesta Casa, da necessidade de se diminuir as Comissões Técnicas,

por uma razão muito simples: a sua completa inoperância.

E, a partir do momento em que a própria CCJ., não dando parecer, e a partir do momento em que se suspende a sessão para que as Comissões Técnicas dêem pareceres, não nos parece justo que continuemos a gastar dinheiro com funcionários, secretários de comissão e etc., que nada têm a fazer.

Portanto, acho louvável a iniciativa do Deputado Basílio Zanusso, em diminuir essas comissões para que, realmente se transforme, nesta Casa, as Comissões Técnicas, em verdadeiras comissões, e que não tenhamos, como temos, muitos secretários totalmente sem função.

Era só.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Continua em votação.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, para divergir do meu companheiro e amigo Deputado Deni Schwartz, acho que o problema das comissões não está que funcionem ou não. Acho que as Comissões, onde os Deputados freqüentam, são convocadas pela Presidência.

Vimos aqui um exemplo recente com a Comissão de Segurança Pública, tão bem presidida pelo Deputado José Tavares — se não me falha a memória — que teve uma das atuações mais intensas, nesta Casa.

Portanto, não está o defeito nas Comissões Técnicas instituídas pelo Regimento Interno, mas muitas vezes na falta de motivação de alguns Srs. Deputados, ou membros das mesmas, em articulá-las e movimentá-las.

Em segundo lugar, discordo do eminente Deputado Deni Schwartz, com relação aos funcionários da Casa. Sou ex-funcionário da Casa, me orgulho muito em tê-lo sido e acho que esta Casa possui excelentes funcionários, homens do mais alto e elevado gabarito. Acho que não podemos cometer injustiças. E talvez a classe de funcionários da Assembléia, onde existem sérios problemas e algumas distorções, talvez muito mais por ser uma Casa política do que por ser um segmento do Poder Público.

Mas quero fazer a defesa: acho que a Assembléia tem excelentes funcionários, e eu diria ao Deputado Deni Schwartz que talvez uma ou outra comissão tenha um ou outro funcionário menos digno, ou então menos competente para o exercício daquela função.

Portanto, acho que esse projeto de resolução de autoria do Deputado Basílio Zanusso deverá obter o meu voto contrário, porque acho que as Comissões Técnicas da Casa devem funcionar e o pecado não está em ter o Regimento estipulado essas Comissões mas sim, muitas vezes, não ter a motivação necessária para que elas funcionem.

O meu voto será pela rejeição a esse projeto de resolução.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Continua em votação.
— APROVADO.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 180/80, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. no. 83/80), que consolida as disposições tributárias pertinentes à Taxa referente ao registro do Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI No. 180/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Esta lei regulá, com base no art. 18, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, as disposições Tributárias referentes à Taxa de Registro do Comércio, obser-

vadas as normas gerais de direito tributário consubstanciadas no Título IV do Livro Primeiro do Código Tributário Nacional, bem como as responsabilidades inerentes à atividade da administração desenvolvida em consonância do o art. 6o., inciso II, da: Constituição Estadual, nos interesses concernentes aos serviços de registro público do comércio.

FATO GERADOR

Art. 2o. — Considera-se ocorrido o fato gerador da Taxa do Registro do Comércio quando o contribuinte utilizar serviço específico e divisível, prestado pelo Estado através de sua autarquia Junta Comercial do Paraná, ou quando tal serviço for posto à disposição do contribuinte, cujas atividades exijam do órgão de Registro do Comércio, arquivamento com a respectiva guarda, conservação e manutenção de documentos; cadastramento; publicidade; autenticação de documentos mercantis; fiscalização; bem como busca de informações cadastrais; expedição de certidões sob qualquer forma; registro de livros mercantis; identidade profissional.

BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

Art. 3o. — A base de cálculo da Taxa do Registro do Comércio é a Unidade Padrão Fiscal do Paraná (UPFPR), fixada e atualizada conforme o artigo 3o., da Lei no. 7257, de 30 de novembro de 1979.

§ 1o. — O valor da UPFPR será corrigido, em consonância com o § 2o., do art. 97 do Código Tributário Nacional, no mês de dezembro de cada exercício financeiro, para vigorar no exercício seguinte, observados a forma e os critérios previstos nos parágrafos do art. 3o., da Lei no. 7257, de 30 de novembro de 1979.

§ 2o. — O Presidente da Junta Comercial expedirá Portaria explicitando os valores da Taxa do Registro do Comércio em cruzeiros, observadas a base de cálculo vigente e as alíquotas aplicáveis, devendo ser desprezadas as frações interiores a Cr \$ 1,00 (Hum cruzeiro).

Art. 4o. — As alíquotas da Taxa do Registro do Comércio são as constantes da Tabela anexa a esta lei.

Art. 5o. — Quando a Taxa do Registro do Comércio for anualmente exigida do contribuinte novo, será adotado critério proporcional de cálculo em relação aos meses restantes para o encerramento do ano civil.

SUJEITO PASSIVO

Art. 6o. — Contribuintes da Taxa do Registro do Comércio é toda pessoa física ou jurídica beneficiária direta ou potencial do serviço público ou de ato que deva ser solicitado à Junta Comercial do Paraná e por ela prestado com a observância da legislação federal e estadual editada com base no art. 8o., inciso XVII, letra "e" da Constituição do Brasil, com a redação dada pela Emenda Constitucional no. 07, de 13 de abril de 1977, e no art. 5o., da Constituição Estadual.

ÉPOCA DE PAGAMENTO

Art. 7o. — O pagamento da Taxa do Registro do Comércio far-se-á na ocasião em que for solicitada na Junta Comercial do Paraná a prestação do serviço ou a prática do ato.

Art. 8o. — A Taxa do Registro do Comércio será paga em estabelecimento bancário autorizado, observados os modelos de guias e os códigos de receita aprovados pela Secretaria de Estado das Finanças.

FISCALIZAÇÃO

Art. 9o. — A fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias concernentes à Taxa do Registro do Comércio compete à Junta Comercial do Paraná, na forma a ser estabelecida em Portaria do seu Presidente.

PENALIDADES

Art. 10 — A falta de pagamento da Taxa do Registro do Comércio, assim como seu pagamento insuficiente, acarretará a aplicação da multa de 100% (cem por cento) sobre o valor devido, observadas as seguintes reduções:

- I — a quarenta por cento do seu valor quando o pagamento do crédito tributário ocorrer até trinta dias a contar da notificação do lançamento;
- II — a sessenta por cento do seu valor quando, decorridos mais de trinta dias do recebimento da notificação, o pagamento se fizer até o esgotamento do prazo de recurso se o notificado não for revel;
- III — a oitenta por cento do seu valor, quando o pagamento ocorrer até sessenta dias a contar da data em que o contribuinte revel deveria integrar a instância com a reclamação.

Parágrafo único — A denúncia espontânea, formalizada nos termos do art. 138 do Código Tributário Nacional, excluirá a responsabilidade por infração, exigindo-se no ato da regularização, além da Taxa do Registro do Comércio devida, apenas a correção monetária e juros de mora.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 11 — As normas relativas ao procedimento administrativo-fiscal para apuração da infração, lançamento de ofício e imposição de multas concernentes à Taxa do Registro do Comércio, bem como a forma de inscrição do correspondente crédito tributário em dívida ativa do Estado e de sua cobrança, serão estabelecidos em Decreto do Poder Executivo, observado, no que couber, o rito de instrução contraditória estabelecido na Lei Orgânica do Imposto sobre Operações relativas à circulação de Mercadorias.

Parágrafo único — Caberá em primeira instância de deliberação singular e única a revisão da legalidade do lançamento de ofício.

DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 12 — A Taxa do Registro do Comércio não será devolvida salvo se, paga na forma da lei, for eventualmente recusada a prestação do serviço ou a prática do ato.

Art. 13 — Na cobrança da correção monetária dos créditos tributários serão observados os coeficientes adotados para a atualização monetária do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

Art. 14 — O termo inicial para cálculo da correção monetária da Taxa do Registro do Comércio, bem como para a contagem dos juros de mora a um por cento ao mês, não capitalizáveis, será o mês seguinte ao que ocorrer a infração.

Parágrafo único — A multa será calculada sobre a Taxa do Registro do Comércio monetariamente atualizada.

Art. 15 — Observado o disposto no art. 33 da Constituição do Paraná, fica mantida em relação à Taxa do Registro do Comércio a sua destinação específica e vinculada prevista Lei no. 7039, de 19 de outubro de 1978.

Art. 16 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo eficácia a partir de 1.º de janeiro de 1981.

Art. 17 — Ficam revogadas as disposições em contrário e especialmente as da Lei no. 5467, de 12 de janeiro de 1967.

TABELA PARA CÁLCULO DA TAXA DO REGISTRO DO COMÉRCIO

Base de cálculo: UPF PR vigente no exercício *

CLASSIFICAÇÃO DISCRIMINAÇÃO ALÍQUOTAS %

1. ARQUIVAMENTO OU REGISTRO

O arquivamento dos atos constitutivos, modificativos e extintivos de sociedades comerciais, cooperativas ou de firmas individuais e quaisquer outros atos e documentos sujeitos a arquivamento ou registro.

MOVIMENTO DE CAPITAL EM UPF PR

1.1.	Sem movimento de capital	3
1.2.	Até 3	7
1.3.	Acima de 3 a 5	11
1.4.	Acima de 5 a 7	14
1.5.	Acima de 7 a 12	22
1.6.	Acima de 12 a 17	26
1.7.	Acima de 17 a 24	30
1.8.	Acima de 24 a 116	44
1.9.	Para cada 116 excedentes (até o máximo de 928)	20

2. CADASTRO

Inscrição de firma individual, sociedade comercial ou cooperativa	4
---	---

3. PUBLICIDADE

Por documento	0,6
---------------	-----

4. AUTENTICAÇÃO

4.1. Documento (por via)	0,3
Observação: Cada via de documento excedente a quatro é considerada certidão fornecida pela Junta Comercial, aplicando-se por sua autenticação as alíquotas previstas no subitem 6.2. desta Tabela	
4.2. Livro Mercantil	
Até mil folhas	3
Acima de mil folhas	6

5. FISCALIZAÇÃO

Armazéns gerais (anualmente)	
Por estabelecimento	23

6. CERTIDÕES

6.1. Datilografada em breve teor (por unidade) certidão para criação de estabelecimento, transferência de sede	2,3
certidão simplificada; de inexistência de nome comercial; para registro de nome comercial; de situação atual; outras certidões em breve teor	1,2
6.2. Fotocopiada ou datilografada em inteiro teor (por unidade)	
Atos de assembléia de constituição, transformação, incorporação, cisão, conjunta; outras atas de assembléias ordinárias ou extraordinárias; alteração de contrato de cisão	2,3
Atas de reunião de diretoria, de conselho de administração; contrato, alteração e distrato social; instrumento de criação de estabelecimento; documentos de armazéns gerais; inscrição no cadastro nacional	1,2
Registro de declaração de firma, anotação, proteção de nome comercial, carta patente, alvará, emancipação; arquivamento de procuração; outras certidões fotocopiadas ou datilografadas em inteiro teor	0,6
Observação: Fotocópia de extrato de ata terá uma redução de 50% do valor da alíquota	

7. CARTEIRA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Cada carteira	5
---------------	---

8. BUSCA OU CONSULTA

	0,5
--	-----

* para 1981, a UPF PR é de Cr\$ 4.340,00
Curitiba, em 08 de dezembro de 1.980
(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI No. 180/80

PARECER:

A matéria de que trata o presente projeto de lei, oriundo de mensagem governamental, visa estabelecer a consolidação das disposições tributárias pertinentes à Taxa referente ao Registro de Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná, Entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Justiça.

Analisando-se a matéria sob o seu aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que legal e constitucionalmente o projeto de lei em tela não encontra óbice algum que possa obstar a sua normal tramitação por esta Casa.

De acordo com a justificativa apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, na Mensagem Governamental 83/80, tal consolidação vem de encontro às necessidades e interesses superiores da Administração estadual, dotando a Junta Comercial do Paraná dentro de uma sistemática de fixação para a cobrança de emolumentos assentada em critérios condizentes com as modernas técnicas administrativas, já adotadas em outros setores da Administração estadual, o que nos convence da sua oportunidade.

Com isso, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI No. 180/80

PARECER:

Encaminhado através da Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade a consolidação das disposições tributárias pertinentes à Taxa referente ao Registro do Comércio, que tem como fatos geradores os serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná, Entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado da Justiça.

Analisando o seu aspecto constitucional e legal, deparamos com o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, já que tal iniciativa cabe privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

No âmbito desta Comissão de Finanças, chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que de acordo com a Mensagem que encaminha a Proposição, o Plano de Lei tem por finalidade dar uma nova sistemática para a fixação e cobrança de emolumentos dos serviços prestados pela Junta Comercial do Paraná, assentada em critérios de cálculos, que já vem sendo adotado em nosso Estado, em outros setores da Administração, especificamente os da Taxa de Segurança Pública.

De acordo com o texto da lei ora encaminhada, a base de cálculo para as Taxas a serem cobradas pela Junta Comercial do Paraná, ficará vinculada à Unidade Padrão Fiscal, fixada e atualizada nos moldes do art. 30., da Lei 7257, de 30/11/79.

As demais disposições contidas no bojo da proposição examinada, estabelecem os demais critérios para o cumprimento das demais disposições tributárias, referentes à Taxa do Registro do Comércio, o que nos convence da sua oportunidade de implantação no interesse da Administração estadual, sob o aspecto financeiro.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1978.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

AGUINALDO PEREIRA LIMA — Relator

— Em votação.

O SR. DARCY DEITOS — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Preocupações tanto de ordem legal como de ordem sociológica e econômica, têm sido fartamente ponderadas pelos mais representativos segmentos da comunidade paranaense.

E hoje, ao analisarmos o Projeto de Lei 180/80, da Mensagem Governamental 83/80, temos que fazer uma análise, porque quando a arrecadação do ICM neste Estado bate recordes em sua história; quando as burras do Estado estão abarrotadas de dinheiro, com a Caixa acusando superavit, superavit esse que deverá ser aplicado em "Open Marketing", ocasionando, mais uma vez, o aumento da aspiral inflacionária, indo contrariamente ao combate da inflação do atual governo desta República.

Quando é sabido que esses recordes de ICM na sua grande maioria, ou perto de 80 por cento, essa arrecadação é feita por pequenas e médias empresas do Estado do Paraná, porque somos um Estado de pequenas e médias empresas, quando se analisa tudo isso, quando deveria se dar o estímulo para que mais empresas surjam neste Estado, vem aí a reformulação das taxas de recolhimento da Junta Comercial e alguns itens, algumas faixas tendo altas de mais de 50 por cento e nota-se na tabela em que será aqui referendada, de que quem irá pagar uma vez mais, é o pequeno comerciante, e quem irá pagar menos, Sr. Presidente, é o grande comerciante ou o grande industrial deste Estado, dando assim demonstração, mais uma vez, de que nesta Nação paga muito quem não tem nada, e paga pouco quem tem muito, porque dá sustentáculo a esse sistema falido, imposto em 64.

Portanto, Sr. Presidente, queríamos nesta oportunidade, dizer das necessidades de reverter-se esses absurdos, porque a convicção de que os problemas do Paraná somente encontrarão adequada solução se disciplinados numa lei, decreto ou portaria, já se tornou hábito nesta nação.

A máxima "governar é fazer leis", é ilusória, como função administrativa.

O que se faz hoje no Paraná, com a avalanche de matérias remetidas pelo Poder Executivo neste período extraordinário e que são analisadas a toque de caixa e que são aprovadas e que são feitos os pareceres encima do joelho, Sr. Presidente, nos leva à conclusão de que, neste Estado, se pratica um verdadeiro curandeirismo legislativo.

O SR. PRESIDENTE — (NELSON BUFFARA) Em votação o Projeto de Lei no. 180/80.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

Há há algum tempo, fizemos um pronunciamento aqui nesta Assembléia, expendendo uma crítica à forma de tratamento da Junta Comercial, àquelas empresas, às firmas individuais que buscam registrar-se no Registro do Comércio, e a verdade é a seguinte, Sr. Presidente:

A lei não faculta à Junta Comercial as exigências por ela feitas quando do oferecimento ou do requerimento do arquivamento de firmas ou declaração de firmas individuais ou arquivamento de estatutos sociais, porque eles se atêm a textos previamente ajustados pela Junta Comercial e há que se dizer, desde logo, que muitos estatutos de sociedades, sejam elas "por cotas" ou "por ações", ou "em comandita", ou outra espécie prevista pela legislação vigente, a Junta Comercial faz exigências absurdas e muitos dos comerciantes que buscam registrar-se no Registro do Comércio, os seus estatutos ou as suas alterações, vivem a reclamar das absurdas exigências da Junta Comercial.

É por força da margem, de textos, de palavras, para unificar as possíveis discussões no Poder Judiciário, mas isto é absolutamente inconstitucional, só que os interessados não buscam a justiça, porque a prestação jurisdicional fica muito

cara e agora com a elevação desta taxa, e pelo que me consta, em rápida olhada — e é verdade que estamos em primeiro turno — ou a sua constitucionalidade.

Poderíamos até deixar para amanhã a matéria de mérito, mas não poderíamos nos esquecer de colocar aqui estas posições, porque amanhã, poderá ser tarde e já o faço tardiamente.

Por essa razão, Sr. Presidente, pessoalmente, vou votar contra este projeto, desde a sua primeira discussão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Em votação o projeto. — Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a verificação de votação).

24 Srs. Deputados aprovam; 12 Srs. Deputados rejeitam. Aprovado.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei no. 188/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. no. 91/80), que institui verba de representação de quinze por cento (15%) sobre o vencimento básico do cargo, aos ocupantes de cargos de Desembargador, do Tribunal de Justiça do Estado. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por unanimidade. —

PROJETO DE LEI No. 188/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1o. — Fica instituída, para os ocupantes dos cargos de desembargador, do Tribunal de Justiça do Estado, uma verba de representação de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico do cargo.

Parágrafo único — A verba de representação instituída por este artigo integrará os respectivos vencimentos dos desembargadores, para todos os efeitos legais, aplicando-se às demais classes da magistratura na forma que dispõe o artigo 76, parágrafos 3o. e 4o., da Lei no. 7297, de 08 de janeiro de 1980.

Art. 2o. — Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de até Cr\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no parágrafo 1o., do art. 43, da Lei no. 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 3o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 16 de dezembro de 1980.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI No. 188/80

P A R E C E R:

A matéria pertinente ao presente projeto de lei, oriundo de mensagem governamental, tem por finalidade instituir verba de representação sobre o vencimento básico do cargo aos ocupantes de cargos de Desembargador, do Tribunal de Justiça do Estado, e dá outras providências.

Acompanhando a mensagem, capeia a exposição de motivos firmada pelo Sr. Secretário dos Recursos Humanos, justificando a matéria contida na proposição.

Analisando-se o aspecto legal e constitucional a que é chamada a opinar esta CCJ, temos que não existe qualquer óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, nos termos do Art. 47 e incisos da Constituição Estadual, já que tal matéria, quanto a sua iniciativa, é de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente

LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI No. 188/80

P A R E C E R:

O Projeto de Lei no. 188/80, oriundo de mensagem governamental, visa estabelecer verba de representação de quinze por cento sobre o vencimento básico aos ocupantes dos cargos de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que no próprio bojo do texto da lei está previsto o recurso financeiro para fazer face às despesas decorrentes com a execução da presente lei.

Com isso o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1980.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Relator

— Em discussão.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco, vi um Deputado olhar para as tribunas desta Casa, inclusive para a imprensa, e até fazer um gesto e acreditar por ser um Deputado brilhante, — da desolação, pelo deserto que é esta Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Não costumo vestir carapuça.

Fui eu, efetivamente, quem olhou para a tribuna da imprensa, para a tribuna de assistência, e lamentei com meus colegas de bancada, que não tivesse ninguém para presenciar a defesa que fez o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, do seu ponto de vista, que embora não comungássemos com o mesmo, mas consideramos brilhante como tudo que faz este Deputado, que é um Deputado realmente estudioso, combativo, lutador e é aquilo que eu já disse, o leão de Cascavel.

Foi só esse o nosso objetivo, que foi uma homenagem que eu quis prestar ao nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Realmente, concordo com Vossa Excelência, porque é lastimável que seja um deserto.

Mas, Sr. Deputado, quando assumi a tribuna, ouvi algumas manifestações de desagrado e exatamente partindo daquele lado que, há pouco, criticava a Oposição de estar acelerando as sessões para passar o Natal em casa.

Vou até fazer um requerimento oral, um pedido aos Srs. Líderes, que retiremos amanhã, que deixemos esse toque à caixa, e eu que resido a 500 quilômetros daqui, me comprometo a estar aqui até a data última da convocação.

Vamos retribuir ao Poder político aquilo que hoje foi amesquinhado nesta Casa. Tenho muita estima pelo Deputado Fabiano Braga Côrtes, e hoje ele tomou uma solução que, hoje, amanhã, ou depois no Executivo, deve fazer cumprir.

Não é mais possível que este Plenário que os Srs. Deputados, homens que têm voto, fiquem aqui até a se degladiarem uns contra os outros, por causa de 65 mil cruzeiros. E eu lastimo que a imprensa não esteja aqui, para saber a importância exata de uma convocação e de uma desconvocação.

Agora, não posso concordar que nós, Deputados do PDS.

do PTB, do PP ou do PMDB, sejamos acusados de termos provocado esta convocação.

Eu, pessoalmente, desafio qualquer Deputado desta Casa, para dizer que tenha pedido esta convocação. Não, Srs. Deputados, vamos aos fatos, vamos redimir e erguer nossa cara que está no chão. Vejamos o que provocou esta convocação.

Dizia "O Estado do Paraná", quando o Sr. Governador esteve nesta Casa, representado, que esta Casa havia sido convocada extraordinariamente. E havia sido convocada, ironizava "O Estado do Paraná", porque apenas um assunto era importante.

Ironizava dizendo que, inclusive, doações de lotes estavam na pauta da convocação, exatamente de Paranaguá. E que o único assunto era a reclassificação de cargos.

E por que, meus Srs. Deputados, essa reclassificação? Lembremos os fatos.

Ela veio para a Assembléia em julho, e o nobre Deputado Relator, Airton Cordeiro, foi inúmeras vezes chamado a atenção porque estaria a segurar este projeto.

E quero agora dizer publicamente que ele não fez isso, porque na verdade o que estava exercendo era de fato estar legislando. Estávamos todos nós, do PMDB, atrás de emendas; os Srs. Do PDS atrás de associações, e eu vim para aprimorar um projeto.

E o que aconteceu quando se legislou sobre um projeto? O Executivo foi obrigado a mandar a esta Casa um substitutivo geral e esse substitutivo geral só veio para esta Casa no final de novembro. Portanto, com impossibilidade de ser examinado e votado em tempo hábil.

Cabe a pecha se eles querem nos dar 13o. salário, ao Executivo e nunca aos Srs. Deputados. Porque pela incompetência dos tecnocratas se mandam projetos para aqui iguais aos tecnocratas, com incompetência.

Muitos dos Srs. devem estar até achando que a nossa exaltação seja fruto de algum nervosismo passageiro. Não, Senhores.

O que nos atinge é a mediocridade da classe política, é estarmos sabendo que mais dias menos dias, sobre nossas cabeças passará esse funcionário que aqui se pretende defender mas que ganha Cr\$ 6.000,00, e está aqui a partir de janeiro, Cr\$... 6.631,00. Enquanto esta Assembléia se reúne para discutir aumento aqueles que ganham pela tabela, 120.804,00, 18,9 vezes mais. E a esses Senhores Deputados que ficam aqui reunidos para dar mais 15 por cento de representação.

Quinze por cento de representação, que não serão só quinze, porque incorporados aos vencimentos irão dar outras vantagens, que elevará os salários dos magnatas desse Estado a mais de 200 mil cruzeiros.

Enquanto isso, Srs. Deputados, o funcionário fica com 6.631. Agora é o momento de se falar em funcionário. Agora é o momento de lembrar que o professor para ter um aumento, para chegar aos seus onze mil cruzeiros, teve de fazer uma guerra, teve que paralisar suas aulas. Mas sob pressão o Executivo envia para cá um projeto que redundará não nos quinze por cento, porque está aqui, Srs. Deputados, o que diz a Constituição: "Nenhum Desembargador poderá receber menos que um Secretário de Estado". E o problema é que não sabemos quanto é que recebe um Secretário de Estado.

A reivindicação do Desembargador é que se cumpra a Constituição. O que se está mandando para esta Casa é uma gratificação. E amanhã o Desembargador estará novamente a pedir a sua igualdade no vencimento base, também com o Secretário.

Talvez em janeiro estejamos convocados porque os Srs. Desembargadores irão declarar uma greve, e teremos que igualar os vencimentos aos dos Srs. Secretários.

E depois de amanhã, em fevereiro, será a vez dos Promotores porque a lei vincula, e não veio para esta Casa nada do Ministério Público, mas a lei vincula o vencimento do Pro-

motor ao vencimento do Juiz.

E enquanto isso, Deputado Lázaro Dumont, como fica aquele suinocultor que Vossa Excelência conhece? Deputado Túlio Zanchet, o seu operário, o meu operário, ao qual não podemos pagar mais que um mísero salário mínimo?

Como vamos amanhã encarar o professor que teve de fazer uma greve, quando sabemos que sob pressão dos maiores nós aqui cedemos, cedemos e cedemos?

Vamos fazer um teste nesta Casa. Vamos apoiar o Executivo. Mostremos que podemos fazer um pacto paranaense, um pacto entre nós e mostremos a força do político. Atrás do Desembargador vem a outra lei...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — ... vem a lei do Conselheiro do Tribunal de Contas, do Auditor e desta "Máfia" toda que todos conhecemos, porque, convenhamos, todos os Srs. internamente sabem que isto não é nada. São lá postos estes homens, politicamente, com uma aposentadoria remunerada. E quando o suinocultor se revoltar no Sudoeste, quando o professor se revoltar no Paraná, não digam que é subversão, porque a maior arma da subversão está aqui, no que escutamos nesta Casa.

Vejam os Srs., sei o que estou dizendo e quem estou enfrentando. Não temo, porque prefiro ficar sem assento a esta Casa.

Como disse há poucos dias — e ainda pedi ao ilustre Deputado Lázaro Dumont que fosse minha testemunha, se necessário fosse, fui ameaçado diretamente de Brasília, por estar participando com os suinocultores, por enquadramento na Lei de Segurança Nacional. Sei que vocês também não têm medo. Vamos demonstrar nossa coragem, vamos dar um crédito ao Sr. Governador, para mostrar que não vivemos sob pressão.

Srs. Deputados, desculpem-me a exaltação, mas é muito triste sabermos que, se não mudarmos as coisas, o povo mudará sobre nossas cabeças.

Vejam aqui que coisa difícil para nós virmos de afogadilho, examinarmos as leis. Vamos ver o que examinamos hoje: Lei do Serventário, o nobre Deputado Gilberto Carvalho, levanta a sua voz e diz que ela não é a suficiente, tratavam-se de serventários menores, ela não foi suficiente. O Deputado Jurandir Messias levantou e se absteve de votar, porque ela não é suficiente.

Mas é provável e isto espero que não aconteça, que para os magnatas do Estado para aqueles que pensam que têm força, porque não tem povo, para eles nós cedemos.

É isto que para nós, dói. É isto que nos exalta e nos torna nervosos.

Srs. Deputados, examinemos também o problema das taxas. Como pudemos aperfeiçoar a reclassificação de cargos, aqui também aperfeiçoamos o vencimento dos professores. Num momento difícil o Sr. Governador, lá de Brasília, até autorizou a inconstitucionalidade que praticamos, porque o Legislativo estava atento. Os Srs. Deputados estavam atentos.

E agora os assuntos mais importantes vêm, repito, de afogadilho, vêm, repito, sob pressão e sob pressão eu acredito, pelo menos eu, eu não voto.

Por isto, vou votar contrariamente a isto que aí está. Sei do ônus que isto me causa, mas também sei que poderei levar documentos para os homens do interior para dizer a eles exatamente quanto eles ganham e quanto nós ganhamos e quanto eles lá no interior ganham. De suas mordomias, aqui estão os artigos e os parágrafos. Inclusive a mordomia da Casa, para o Juiz que vai para o interior, que a lei pode prever a suplementação e o pagamento. Ao fato do prefeito, miserável do prefeito, este sofrido prefeito que muitas vezes, a maioria das vezes não é do meu partido, tem que pagar para o delegado, para o Juiz, para o Promotor, para poder ter justiça em sua terra. Sei quem estou enfrentando, mas tenho a consciência tranquila que,

amanhã, talvez afastado deste Poder, poderei enfrentar de frente os meus filhos. (Palmas) (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Continua em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero ser breve mesmo porque o Deputado Deni Schwartz praticamente esgotou uma grande parcela do que deveríamos dizer aqui.

Diz o projeto de lei: "Fica instituída para os ocupantes do cargo de desembargador, uma verba de representação de 15% sobre o vencimento básico.

Parágrafo Único — A verba de representação instituída por este artigo, integrará os respectivos vencimentos dos desembargadores, para todos os efeitos legais. Aplicando-se às demais classes da magistratura, na forma do que dispõe o artigo 76, § 3.º, § 4.º da Lei 7.297, de 08 de janeiro de 80."

Se nós observarmos o Estatuto do Funcionário Público, se nós observarmos a lei que instituiu o Instituto de Previdência do Estado, nós vamos verificar que os pobres e amiadados funcionários, da mais simples categoria de níveis de vencimento, quando vão para a aposentadoria, recebem, 50, 60, 70% dos seus vencimentos.

Muito raramente vai para a aposentadoria com certas vantagens. Muito raramente.

Entretanto, é preciso que se tenha em mente que há pouco esta Assembléia aprovou uma Mensagem do Governo, que concedia um abono de 30% aos funcionários públicos do Estado. E que deferia uma verba de 4.500 cruzeiros, para os que ganhassem mais de 15 mil cruzeiros, e que nós sabemos que o funcionário público de níveis de vencimento das várias categorias, não chegavam a 3 mil cruzeiros, mas os que estavam próximo aos Secretários de Estado, aos cargos elevados, esses tinham a vantagem; de receber 4.500 cruzeiros.

E uma das razões que o Governo mandou dizer neste Parlamento, Sr. Presidente, foi de que os cofres públicos não tinham recursos para suprir os funcionários pequenos deste Estado. E agora, e nós víamos que a suplementação de verbas, era de 200 milhões de cruzeiros e que o custo desta gratificação, era em torno de 180 milhões de cruzeiros.

Ora, Sr. Presidente, se para a verba de representação, o Estado tem, só para a Magistratura, tem verba e mandou para este Parlamento uma suplementação de 120 milhões de cruzeiros, para 80 mil funcionários públicos, menos de 200 milhões de cruzeiros.

Então, Sr. Presidente, eu tenho de estar de acordo, com o pensamento expendido pelo mesmo Deputado Deni Schwartz. De que nós estamos legislando de uma forma elitista, e é preciso, Sr. Presidente, ter em mente que quem trabalha neste Estado e neste País, o assalariado, o homem que vive de salário mínimo, de um ou de 2 salários mínimos, e eu aí incluo o magistério paranaense como bem disse é enfatizou o Deputado Deni Schwartz. Esses, e os agricultores e os "bóias-frias" que hoje estão recebendo uma diária, aproveitando a época da Acarpa, 350 cruzeiros por dia. Mas ficam trabalhando três meses por ano. Esses, estão pagando as grandes mordomias e os projetos faraônicos do Brasil.

E falar do Poder Judiciário ou falar do Poder Legislativo, que se assemelham aos carros que cantam no Nordeste brasileiro, nenhuma autonomia têm, nós temos de reconhecer, Deputado Deni Schwartz, assiste razão a Vossa Excelência: nós estamos sendo legisladores para beneficiar uma casta, uma elite social no Brasil.

Lamentavelmente, temos de reconhecer, até humildemente, temos de reconhecer.

E não é possível que as coisas tomem corpo, como estão

tomando corpo, avantajando os que têm muitas vantagens, e não falo só da magistratura, não! É que a magistratura foi o gancho, e está aí, sem nenhuma discussão.

Se o projeto para conceder aumento aos professores, ao funcionário público — e eu devo reconhecer, houve muito diálogo, durante muito tempo, neste aqui, Sr. Presidente, nenhuma discussão, senão neste Plenário, está trazendo conhecimento do Poder Legislativo como um todo.

A verdade, Sr. Presidente, é que o Poder Legislativo, atende, e nisto eu tenho de reafirmar; o Poder Legislativo está atendendo à Mensagem do Governo. E nós da Oposição fazemos parte do Poder Legislativo.

Eu votarei contra até por uma questão de fôro íntimo, votarei contra!. E voltarei a esta tribuna, para fazer aqui, Sr. Presidente, do ponto de vista constitucional, uma defesa de um julgado recente do Tribunal de Justiça, aliás, do Tribunal de Alçada, não do Tribunal de Justiça, porque, no meu entender, o julgado não era de competência do egrégio Tribunal de Alçada. Mas, voltarei, para tratar especificamente da matéria.

Quanto a esta Mensagem, eu devo confessar: em comparação com as outras mensagens que se referem ao funcionário público do Estado, devo confessar o meu constrangimento. Não votarei, não pelo fato do Deputado Deni ter expendido o seu ponto de vista, mas não votarei por constangimento, por ter sido, inclusive, acossado a votar neste projeto; ter sido instado a votar neste projeto.

E vim de Cascavel, Sr. Presidente, para votar contra! Só por isso quase, neste projeto e nos demais em que já coloquei a minha posição.

Não é possível resistir mais, Sr. Presidente, a este tipo de pressão; pressão não do Executivo, porque o Executivo foi pressionado também, mas não resistiu, não foi possível resistir, e as gestões nós conhecemos. Conhecemos as gestões como foram feitas.

E é por esta razão, Sr. Presidente, que as coisas precisam, aos poucos, ir sendo colocadas nos seus devidos lugares. Se, para suprir, uma única classe de funcionários públicos categorizados, que faz parte de um dos Poderes do Estado, há verba de 120 milhões, por que o pequeno funcionário público não pode ser contemplado, não com 30% mas, pelo menos, com um salário-mínimo como gratificação de Natal?

Esta é a pergunta que fica.

Eu perguntarei, a cada um dos Srs. Deputados, e a mim primeiro: de que lado está a Justiça?

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Continua em discussão o Projeto de Lei n.º 188/80

Encerrada a discussão. Em votação. Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a verificação de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, antes que Vossa Excelência atenda o requerimento, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa deferiu. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada)

Responderam a chamada 40 Srs. Deputados. Há "quorum" para votação.

Em seguida, esta Presidência procederá a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
22 Srs. Deputados aprovam, 13 rejeitam. **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 189/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 92/80), que dá nova estrutura à carreira de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, bem como autorizar ao Poder Executivo a abertura de crédito especial que permita atender às despesas decorrentes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. por unanimidade. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 189/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — A carreira de Procurador do Estado, instituída em Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, pela Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1.979, passa a ter a seguinte estrutura:

- I — 15 (quinze) cargos de Procurador de 1.^a classe;
- II — 25 (vinte e cinco) cargos de Procurador de 2.^a classe;
- III — 35 (trinta e cinco) cargos de Procurador de 3.^a classe;
- IV — 45 (quarenta e cinco) cargos de Advogado de 1.^a classe; e
- V — 55 (cinquenta e cinco) cargos de Advogado de 2.^a classe.

Art. 2.º — Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de até Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no Parágrafo primeiro, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 16 de dezembro de 1.980

a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 189/80

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental tem por finalidade dar nova estrutura à carreira de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado e dá outras providências.

Legal e constitucional a matéria encontra respaldo quanto a sua iniciativa, no art. 47 e incisos da Constituição Estadual.

Justificando a matéria, encaminha anexo à Mensagem Governamental, a exposição de motivos firmada pelo Sr. Secretário de Estado dos Recursos Humanos.

Assim, tendo em vista não haver qualquer óbice quer legal quer constitucional que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 189/80

O Projeto de Lei n.º 189/80, oriundo de Mensagem Governamental, visa dar nova estrutura à carreira de Procurador do Estado, do Quadro Especial da Procuradoria Geral do Estado, e dá outras providências.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que o

próprio bojo do Projeto prevê a adoção de recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da presente lei, na sua execução.

Com isso o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1.980

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190/80, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 93/80), que institui verba de representação de 15% (quinze por cento), sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

PROJETO DE LEI N.º 190/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica instituída verba de representação, de 15% (quinze por cento), sobre os vencimentos básicos do cargo de Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo Único — A vantagem instituída por este artigo integrará os vencimentos do cargo para todos os efeitos legais.

Art. 2.º — Para atender as despesas decorrentes da execução da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial de até Cr\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de cruzeiros), servindo como recurso para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no Parágrafo primeiro, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, em 16 de dezembro de 1.980

a) Poder Executivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 190/80

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente projeto de lei tem por finalidade instituir verba de representação sobre os vencimentos básicos do Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado.

Analisando-se a matéria no seu aspecto legal e constitucional, temos que de acordo com o Art. 47 e incisos da Constituição Estadual a iniciativa para o processo legislativo cabe exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo.

Quanto a sua oportunidade, a mesma esta embasada na exposição de motivos que acompanha a Mensagem, do Sr. Secretário dos Recursos Humanos, razão pela qual o nosso parecer é Favorável, já que não existe qualquer óbice quer legal ou constitucional que possa impedir a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de dezembro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 190/80

Oriundo de Mensagem Governamental, o presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir verba de representação sobre os vencimentos básicos do cargo de Procurador Geral da Justiça, bem como dos Conselheiros, Procurador Geral,

Audidores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, opinando favoravelmente à matéria.

No âmbito desta Comissão de Finanças, temos que o próprio bojo do projeto traz os recursos financeiros indicados para fazer face às despesas decorrentes da execução da presente lei.

Nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões em 17 de dezembro de 1.980

aa) Quielise Crisóstomo, Presidente;

Aguinaldo Pereira Lima, Relator.

Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pelas mesmas razões do projeto relativo à Magistratura, eu votarei contra este projeto, porque tem o mesmo sentido, tem o mesmo caráter, tem a mesma finalidade e também ele vem com o mesmo objetivo. Só por essa razão, pedi para encaminhar a votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação. Aprovado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defer.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Os que rejeitam, queiram levantar-se.

22 aprovam, 13 rejeitam.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à Confederação Brasileira de Futebol e ao Conselho Nacional de Desportos, no sentido de uniformizar a disputa dos campeonatos regionais, mediante a adoção de critérios iguais para os diversos certames dos Estados. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a formação de uma Comissão Mista, integrada por membros das Secretarias de Indústria e Comércio, Interior, Planejamento e da Cultura e do Esporte, para que estude a viabilidade

e projeto a implantação de áreas de interesse turístico nos municípios que serão atingidos pelo Lago Internacional de Itaipu. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à COOPAVEL, pela implantação da 1.ª unidade industrial no Distrito Industrial "Theobaldo Brezolin" de Cascavel, na data de seus 10 anos de existência. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, da Fazenda e Presidente do Banco do Brasil S/A., encarecendo apoio às cooperativas e destilarias dentro do Plano do PROÁLCOOL, no Paraná. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, enfatizando a necessidade de ser dada segurança efetiva à sede do Poder Legislativo do Paraná, tendo em vista a série de episódios ocorridos durante o ano de 1.980. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Banco Central, consubstanciado em apelo, para a urgente homologação do Posto Avançado do Banco do Brasil no Município de Piên. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de apelo no sentido de mandar agilizar as obras da estrada Wenceslau Braz — São José da Boa Vista, bem como à SANEPAR a fim de regularização no abastecimento de água no último município mencionado. Aprovado.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defer.

(É procedida a verificação de votação)

3 Srs. Deputados aprovam; 22 Srs. Deputados rejeitam.

Não há "quorum" para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 19, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 68/80 e 75/80.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187/80

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 71/80 e de Lei n.ºs 180/80, 188/80, 189/80, 190/80 e 178/80.

Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 420/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9804, de 16 de outubro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II, combinado com os Artigos 132, § 2.º e 140, incisos I e III, todos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, por contar com mais de trinta e cinco (35) anos de serviço público, CASEMIRO MARQUES, matrícula n.º 529, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente a seu cargo efetivo, acrescido de cinco (05) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e três (03) adicionais incorporados, de acordo com os artigos 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Função Gratificada, símbolo 5-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da mesma Lei n.º 6174 e Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de dezembro de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
LINEU MANSANI TURRA – 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 421/80

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 11414, de 03 de dezembro de 1980, deste Poder,

RESOLVE:

aposentar, a pedido, nos termos do Art. 138, inciso II e § 1.º, combinado com o Art. 140, incisos I e III, ambos da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, ALBA LÍGIA ARAÚJO E GARCIA, matrícula n.º 111, ocupante do cargo de Assessor Técnico Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, com proventos mensais e integrais, correspondente a seu cargo efetivo, acrescido de dois (02) triênios incorporados, de acordo com o Art. 4.º, § 1.º, da Resolução n.º 2/64; cinco (05) quinquênios incorporados e cinco (05) adicionais incorporados de acordo com o Art. 170, § único e 171, §§ 1.º e 2.º, da citada Lei n.º 6174; Gratificação por Serviços Extraordinários, na base de cinquenta por cento (50%), de acordo com a Lei n.º 6794, de 08 de junho de 1976; Função Gratificada, Símbolo 2-F, de acordo com o Art. 140, inciso III, da mesma Lei n.º 6174 e Gratificação de Produtividade, de acordo com o Art. 1.º, da Lei n.º 6641, de 04 de dezembro de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 18 de dezembro de 1980.

aa) FABIANO BRAGA CÔRTEZ – Presidente
BASÍLIO ZANUSSO – 1.º Secretário
LINEU MANSANI TURRA – 2.º Secretário